

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

## Editorial

### O Orçamento de 2009

O Orçamento de 2009 surge num contexto macroeconómico de enorme turbulência e incerteza mundiais, pelo que cresce a expectativa sobre as linhas de força que o irão informar. Que perspectivas para o crescimento económico? Que cenários para o défice? Que rumo para a despesa pública? Que estratégia para a nossa política económica? Que sectores das políticas públicas a privilegiar, na distribuição de recursos sempre escassos?

Estes são alguns dos temas mais pertinentes que se irão colocar. Não será, pois, também fácil antecipar com certeza o que lá está inscrito antes de mergulharmos atentamente no seu conteúdo. Mas atrevo-me a enunciar cinco postulados que, creio, são incontornáveis no Orçamento de 2009.

**Primeiro**, vamos ter um crescimento económico débil ou mesmo nulo (estagnação) em linha com os demais países da zona Euro.

**Segundo**, com a crise financeira e económica em curso estão criadas as condições para a flexibilização do Pacto de Estabilidade e Crescimento, pelo que o défice das contas públicas tenderá a ser superior a 2% do PIB.

**Terceiro**, a despesa pública deverá aumentar não só por força das prestações sociais que em tempos de crise forçarão esse aumento mas também porque o investimento público deverá ser utilizado como alavanca da economia real.

**Quarto**, a política económica terá de se recentrar mais nas pequenas e médias empresas, com vista ao fomento da sua competitividade, de forma a garantir de modo sustentado, o crescimento e o emprego.

**Quinto**, as políticas públicas nas áreas da Segurança, Justiça, Educação, Saúde e Segurança Social, deverão ter um reforço de dotações com os respectivos Ministérios a capitalizarem mais verbas do Orçamento por comparação com o ano anterior.

Tudo visto e ponderado e considerando que 2009 é ano de eleições europeias, autárquicas e legislativas, a grande questão residirá em saber como conseguirá este Orçamento compaginar rigor com realismo e verdade.

Será desta?

Portugal está pior em 2008 que em 2005 em poder de compra, crescimento, endividamento, disparidades sociais e desertificação



(Manuela Ferreira Leite em Tondela)

### Destaques:

• Como se evitou o “desastre” dos três submarinos

Leia em “Actividades da Presidência”

• Os meus confrontos com o sistema político!

Alberto João Jardim

• A crise financeira foi a sorte grande que saiu a Sócrates

José Pacheco Pereira

# Manuela Ferreira Leite em Tondela: poder de compra, crescimento endividamento, disparidades sociais e desertificação – Portugal está pior em 2008 do que estava em 2005.

O PSD vai exigir ao primeiro-ministro, José Sócrates, a lista de Pequenas e Médias Empresas (PME) beneficiárias de uma linha de crédito e os critérios da sua atribuição, anunciou no Sábado, a líder do partido, Manuela Ferreira Leite.

Ao discursar em Tondela (Viseu) durante o congresso distrital autárquico do PSD, Manuela Ferreira Leite fez duras críticas às medidas anunciadas no parlamento por José Sócrates para as PME, que apenas dão “a sensação que ajudam a solucionar as questões”.

“O PSD vai exigir ao engenheiro Sócrates a lista das empresas que beneficiaram desta linha de crédito e os critérios que conduziram a essa concessão”, afirmou, justificando o pedido com o facto de outras linhas de crédito esgotarem passado dois dias sem nunca se saber porquê.

A líder do PSD criticou também que José Sócrates tenha apresentado “propostas relacionadas com a baixa dos impostos sobre os rendimentos das PME”, questionando “se o grande problema das empresas neste momento é esse”.

“A maioria das empresas não paga IRC porque não tem dimensão e as que pagam quer dizer que têm lucros. Não estou a falar dessas, estou a falar daquelas que têm de fechar por estarem com prejuízos. Onde é que estão as medidas para essas? É baixando o IRC com efeitos em 2010?”, interrogou.

Manuela Ferreira Leite afirmou que, “se isso fosse a salvação das empresas, em dois anos, estavam todas mortas” e lembrou a proposta do PSD relacionada com o prazo de entrega do IVA, que ajudaria a resolver problemas de tesouraria.

A líder do PSD questionou a razão de as empresas “não terem dado o seu nome para identificar as que têm dívidas do Estado”.

“Eu percebo que elas tenham medo, o que eu não aceito é que haja algum Estado que fomente esse medo. Mas nada melhor do que haver uma dependência total entre o Estado e as empresas”, ironizou.

Num auditório cheio de autarcas, a líder social-democrata disse que José



Sócrates “fala afastado dos problemas dos portugueses, fala por anúncios e não por casos concretos”.

Manuela Ferreira Leite aludiu a indicadores como os salários reais, o poder de compra, o crescimento do país na Europa, o endividamento, as disparidades sociais e a desertificação para concluir que o país está pior em 2008 do que estava em 2005.

“Isto acontece porquê? É azar nosso, pouca sorte do país?”, questionou, atribuindo a culpa a “um erro de política económica”.

Manuela Ferreira Leite disse considerar preocupante que, “perante

resultados negativos, o Governo insista na mesma política”.

“Não há nenhum médico que, perante um doente a quem está a fazer determinado tratamento e vê que ele está a piorar cada vez mais, aquilo que faz é continuar com o mesmo tratamento. Porque está a levar o doente à morte, talvez uma morte lenta, pior do que a súbita, porque é uma morte com sofrimento”, sublinhou.

A presidente do PSD deu como exemplo o “erro” deste Governo “entender que, para fazer crescer o país, aquilo que é necessário são obras

públicas, como aeroportos, TGV, pontes, estradas, barragens”.

“Acredito que haja muitas empresas de construção de obras públicas, empresas de consultadoria, escritórios de advogados que muito enriquecem com o facto de haver esta onda de obras públicas”, referiu, acrescentando que, no entanto, são opções erradas num país endividado.

Manuela Ferreira Leite garantiu que o PSD “está disponível para apoiar o Governo naquilo que forem medidas necessárias para resolver o problema do país”, mas “exige que do lado do Governo haja a mesma seriedade e responsabilidade” que promete e que ainda não viu “em sítio nenhum”.

### Como se evitou o desastre da compra dos três submarinos...

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, garantiu aos jornalistas que a questionaram após a reunião dos autarcas de Viseu, que a compra de dois submarinos só não foi “um verdadeiro desastre” para as contas públicas graças à sua intervenção no sentido de diminuir os encargos.

O semanário Sol noticiou que “o impacto que terá no défice das contas públicas a compra de dois novos submarinos já foi escolhido pela equipa de José Sócrates como um dos temas da frente de combate político ao PSD” e que o assunto servirá para atacar a líder da oposição.

“Manuela Ferreira Leite teve uma intervenção directa neste dossiê, quando era ministra das Finanças do Governo de Durão Barroso, e esse facto vai ser usado como arma de arremesso contra o PSD durante a campanha eleitoral”, escreve o jornal.

Ao falar aos jornalistas em Tondela (Viseu), à margem do congresso distrital autárquico do PSD, Manuela Ferreira Leite admitiu que este até é um tema que lhe agrada debater, porque esteve nele “muito envolvida, mas no sentido contrário àquele em que é dada a notícia”.

Referiu que, durante o Governo de António Guterres, do qual fazia parte José Sócrates, tinha sido lançado um concurso “para três submarinos, em



condições absolutamente lesivas do interesse nacional em termos de taxa de juro”.

“Eram três submarinos, com uma taxa de juro de sete por cento, na altura em que a taxa de juro - mesmo no mercado, não era preciso ser para o sector público -, era de um por cento a 1,5 por cento”, referiu.

Neste âmbito, enquanto líder da bancada do PSD, lutou “violentemente contra isso” e, após a eleição de Durão Barroso para primeiro-ministro, na condição de ministra das Finanças, conseguiu que “passasse de três para dois submarinos e que os encargos com a dívida fossem menos de metade”.

“Portanto, eu estou bem satisfeita pelo facto de esse assunto vir à baila, porque significa que se isso não é um verdadeiro desastre a mim se deve”, frisou.

A líder social-democrata lembrou ainda que nessa altura o PS atacou esta posição com o argumento de que se estava “a arranjar uma lei de programação militar semelhante à da Argélia”.

## Manuela Ferreira Leite pronta a colaborar com o Governo, em nome da solução dos problemas financeiros

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, manifestou na segunda-feira, a sua disponibilidade e abertura para colaborar com o Governo no sentido de serem tomadas medidas para minimizar os impactos da actual crise financeira.

As declarações de Manuela Ferreira Leite foram feitas no final de uma audiência com o primeiro-ministro, José Sócrates, em São Bento - encontro que demorou mais de uma hora e que se destinou a debater a agenda do próximo Conselho Europeu, quarta e quinta-feira.

“O PSD está disponível para colaborar com o Governo em tudo o que sejam medidas no bom sentido para resolver a actual crise financeira”, frisou Manuela Ferreira Leite.

De acordo com Manuela Ferreira Leite, a “disponibilidade e a abertura” do PSD para colaborar de “forma séria com o Governo” já havia sido



manifestada pelo seu partido em anteriores ocasiões.

“As medidas que vão ser apresentadas no próximo Conselho Europeu vão no sentido correcto. Além das medidas que vão sendo conhecidas, o senhor primeiro-ministro ainda falou das questões de natureza contabilística que vão ser introduzidas na discussão da [cimeira]. Pessoalmente considero essenciais essas questões de natureza contabilística para a resolução do problema, porque algumas delas estão na origem da actual situação”, sustentou.

A líder social-democrata afirmou depois que “é essencial que haja uma recuperação da confiança no sistema financeiro e muito especialmente na confiança das pessoas”.

“Os cidadãos têm de ter confiança no seu sistema financeiro e, portanto, todas as medidas propostas vão nesse sentido”, reforçou, antes de se demarcar da oposição de esquerda, que acusa o Governo e a União Europeia

de terem esquecido as pessoas nas suas resposta à crise.

“Acho que as pessoas estão a ser esquecidas. As grandes vítimas de uma eventual não solução desta crise seriam as famílias e as pequenas e médias empresas”, sustentou.

## Manuela Ferreira Leite em Bruxelas, na mini-cimeira de líderes do PPPE

Manuela Ferreira Leite, participa hoje, em Bruxelas, na mini-cimeira de líderes do Partido Popular Europeu que antecede a Cimeira Europeia dos 27 que se inicia no mesmo dia, disse à Lusa fonte social-democrata.

Na reunião da família política europeia do PSD que irá preparar a reunião dos chefes de Estado, Manuela Ferreira Leite estará ao lado do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, do presidente da França e actual presidente da União Europeia, Nicolas Sarkozy e da chanceler da Alemanha, Ángela Merkel, entre outros.

A Cimeira dos chefes de Estado e de Governo da EU será dominada por um debate sobre a crise nos mercados financeiros internacionais e pelas medidas que os europeus estão a tomar para enfrentar esse problema.

Paralelamente à reunião do PPE também haverá uma mini-cimeira dos líderes socialistas, a outra grande família política europeia.

É a primeira vez que a presidente do PSD vem a uma cimeira do PPE.

## A Presidente num fórum internacional na Turquia

A líder do PSD participou, quarta e quinta-feira da semana passada, num Fórum Internacional na Turquia, onde

fez uma intervenção sobre “Finanças e Transparência Económica”.

O Fórum Internacional no qual Manuela Ferreira Leite participou é promovido pelo Grand National Assembly of Turkey e realizou-se em Ancara.

A líder do PSD e antiga ministra das Finanças é a única participante portuguesa no Fórum Internacional, que contará com a presença de Nazim Enren, vice-primeiro-ministro da Turquia, do eurodeputado austríaco Herbert Boesch e do parlamentar inglês Richard Bacon, entre outros.

Manuela Ferreira Leite desempenhou o cargo de secretária de Estado do Orçamento entre Janeiro de 1990 e Dezembro de 1993, nos Governos de Cavaco Silva.

Entre 2002 e 2004, a actual líder social-democrata foi ministra de Estado e das Finanças, no executivo de Durão Barroso.

## Jornadas parlamentares do PSD

O PSD vai realizar jornadas parlamentares nos dias 3 e 4 de Novembro, anunciou o partido, sem adiantar por enquanto o tema nem o local das jornadas.

Estas serão as primeiras jornadas parlamentares do PSD desde que Manuela Ferreira Leite é presidente do partido e Paulo Rangel é presidente do grupo parlamentar social-democrata.

Manuela Ferreira Leite esteve, contudo, presente, como convidada, nas últimas jornadas parlamentares do PSD, que se realizaram nos dias 14 e 15 de Janeiro, em Vilamoura, tendo Pedro Santana Lopes como líder parlamentar e Luís Filipe Menezes como presidente do partido.

As jornadas parlamentares de Vilamoura tiveram como tema “Portugal com ambição/Progresso com justiça” e no segundo dia Manuela Ferreira Leite falou aos deputados do PSD sobre política fiscal e sobre as funções do Estado.

A ex-ministra das Finanças defendeu, na altura, que “se o Governo quiser ser honesto não tem nenhuma margem para baixar impostos” porque “não existe margem de redução de receita para conseguir colmatar qualquer tipo de aumento [de despesa]”.

Por outro lado, questionada pelos deputados do PSD sobre as funções do Estado, Manuela Ferreira Leite respondeu que começaria por privatizar “aqueles sectores em que os privados já estão, como a saúde e educação”.

“São dois sectores em que não vejo porque é que o Estado não se retira”, disse, referindo que “antes pelo contrário, [o Estado] cada vez está a entrar mais”.

A ex-ministra das Finanças defendeu que “tudo o que é empresas públicas, sector empresarial, não há nenhum motivo para estar com o cunho público”, manifestando no entanto dúvidas sobre a privatização do sector dos transportes. – Fontes: Gab. Imp. PSD; Lusa





# Grupo Parlamentar quer saber porquê o Governo pediu aos Municípios que financiem acesso à Internet do programa “e-escolinhas”

O grupo parlamentar do PSD entregou sexta-feira um requerimento questionando o motivo por que o Ministério da Educação pede aos municípios que financiem o acesso à Internet no âmbito do programa “e-escolinhas”.

Os sociais-democratas sustentam que a ligação à Internet, no quadro do programa “e-escolas”, é “suportada, no caso dos alunos abrangidos pela Acção Social, pelo Fundo para a Sociedade de Informação”.

No entanto, de acordo com um “e-mail” enviado pela directora-regional de Educação do Norte, Margarida Moreira, aos estabelecimentos de ensino, “serão as câmaras solicitadas a apoiar a ligação à Internet” do computador Magalhães “em todas as suas escolas”.

“Pretende-se, como mínimo, que paguem a ligação ao modem (48 euros) e um carregamento de um mês (10 euros) para os escalões da Acção Social Escolar”, refere Margarida Moreira no “e-mail” citado pelo comunicado do grupo parlamentar do PSD.

No requerimento, os sociais-democratas questionam qual o modelo de financiamento das iniciativas “e-escolas” e “e-escolinhas”, a relação contratual entre o Estado e a empresa fornecedora do computador Magalhães, o valor total do Fundo para a Sociedade de Informação e os montantes já comprometidos para os programas em curso.

O grupo parlamentar quer igualmente saber se está assegurada a “sustentabilidade” dos programas “e-escolas” e “e-escolinhas” (que



permitem o acesso de estudantes a computadores e a equipamentos de ligação à Internet) após 2009 e por quantos anos, “em condições de igualdade a todos os novos alunos que ingressem no sistema de ensino”.

### **PSD volta a questionar Ministra da Educação sobre a quantidade e preços de artigos de divulgação do trabalho do Ministério, publicados nos “Classificados” do JN**

O PSD voltou a questionar a Ministra da Educação sobre a quantidade e preços de artigos de divulgação do trabalho do Ministério, publicados na zona dos “Classificados” do JN, através de requerimento dirigido à tutela, na Assembleia da República.

“Continuam a ser publicados, na secção do Jornal de Notícias [JN] agora denominada por “Classificados”, textos com as mesmas características dos que foram redigidos pelo gabinete de comunicação do Ministério da Educação” afirma o documento hoje enviado a Maria de Lurdes Rodrigues.

Os textos referidos foram, segundo o documento, “redigidos em tom apologético, acompanhado de fotografias seleccionadas de forma a enaltecer as realizações do Governo”, segundo aponta o mesmo documento, elaborado pelo PSD.

O Ministério da Educação tinha já assumido no início de Setembro, depois de questionado pelos sociais-democratas, a autoria dos artigos “redigidos e ilustrados pelo gabinete de comunicação do Ministério” e com o “custo unitário de 728 euros, acrescido de IVA”.

Perante a continuidade da publicação dos textos publicitários, o PSD pretende agora ver respondidas novas questões, como o número de artigos já publicados e a previsão de publicação para os próximos 12 meses.

Pretendem saber também a que outros jornais o Ministério da Educação “já recorreu”, ou vai recorrer, para a publicação de “publicidade paga sem referência à origem e autoria dos textos alegadamente ‘noticiosos’” desde 2005, e quais os custos da publicação desses artigos.

Por último, questiona ainda o PSD sobre a forma de contratação a que a tutela “recorreu” - ou vai recorrer -

“para a adjudicação dessas acções informativas e publicitárias.

### **Debate quinzenal com o PM**

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, perguntou no dia 8, ao primeiro-ministro, se o Governo vai manter o seu programa de obras públicas perante a crise financeira e José Sócrates respondeu que sim.

Durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro, no Parlamento, dedicado à situação financeira internacional, Paulo Rangel acusou o Governo de estar centrado nos “mega investimentos e grandes obras públicas”.

O líder parlamentar do PSD referiu que ex-ministros de governos socialistas como Daniel Bessa e Campos e Cunha defendem uma revisão do programa de obras públicas perante a crise financeira e perguntou ao primeiro-ministro se “continua com as mesmas posições”.

“Vai ou não vai repensar o programa de obras públicas?”, questionou Paulo Rangel.

José Sócrates respondeu que o seu Governo reage à crise financeira “com acção, não com desistência, com baixar de braços”.

“O Estado tem de dar um sinal de que não desiste de fazer os bons projectos de modernização. Os projectos não se dividem em públicos e privados, dividem-se em bons e maus projectos”, acrescentou o primeiro-ministro, alegando que os projectos do Governo são bons e têm o apoio do Banco Europeu de Investimento (BEI).

### **Governo recusa pagamento do IVA, pelas empresas, depois de encaixe das vendas**

O PSD acusou no dia 8, o Governo, de recusar libertar a tesouraria das pequenas e médias empresas (PME) no que respeita ao pagamento do IVA e de tomar medidas sem efeitos de curto prazo.

O primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou no Parlamento que a proposta de Orçamento do Estado para 2009 vai incluir a descida do IRC de 25 para 12,5 por cento nos primeiros 12.500 euros de matéria colectável.

José Sócrates disse que a medida



deverá beneficiar cerca de 80 por cento das PME e anunciou também o aumento por parte do Governo da linha de crédito PME-Invest II para mil milhões de euros.

Durante o debate, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, declarou que o seu partido concorda com a descida do IRC, sublinhando que apresentou uma proposta nesse sentido em 2007, então chumbada pelo PS.

Paulo Rangel considerou, contudo, que a descida do IRC no Orçamento do Estado para 2009 não terá efeitos na actual legislatura, “há de reflectir-se mas é em 2010, não é em 2008 nem em 2009”.

O líder parlamentar do PSD defendeu que uma boa solução de curto prazo seria a alteração do regime do IVA “para que deixasse de ser pago no momento da prestação dos serviços ou da facturação e passasse a ser pago no momento do efectivo recebimento” e lamentou que o PS tenha rejeitado essa medida, adoptada em países como a Inglaterra e a Suécia.

“O Governo não quer saber das aflições de tesouraria das PME”, acusou. “As medidas que cá trouxe para as PME não resolvem problemas de tesouraria, de liquidez. Pese embora sejam positivas no médio prazo, não são positivas para agora”, resumiu Paulo Rangel.

Comentando a proposta do PSD relativa ao IVA, o primeiro-ministro sustentou que é contrária às regras do direito – o que não é verdade, pois apenas necessita da concordância da EU

Quando à redução do IRC proposta em 2007 pelo PSD, José Sócrates justificou o chumbo do PS argumentando que “só se pode baixar os impostos depois de se porem as contas públicas em ordem”.

Por outro lado, o líder parlamentar do PSD criticou o PS por ter aprovado hoje “a mudança de 30 para 15 de Dezembro do prazo do pagamento especial por conta”, dizendo que a decisão “asfixia as PME”, e “o aumento da taxa de tributação autónoma dos encargos dedutíveis nas despesas de representação e veículos de cinco para dez por cento, com efeitos retroactivos”, dizendo que isso “é inconstitucional”.

Sobre o aumento da linha de crédito anunciado pelo primeiro-ministro, Paulo Rangel observou que “na verdade, aumenta o endividamento das empresas”.

## PSD propõe a “reintrodução gradual” de exames

O PSD propôs no dia 9, no Parlamento, a “reintrodução gradual” de exames nos anos em que os alunos concluem cada ciclo do ensino básico, incluindo as provas globais.

A proposta foi avançada pelo líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, no encerramento de um debate, a seu pedido na Assembleia da República,



sobre a exigência e a qualidade no ensino.

Paulo Rangel definiu esta proposta como uma “medida-alavanca” para o “reforço da exigência, qualidade e rigor no ensino”.

O deputado social-democrata admitiu que é uma “medida difícil e dura” que pode “desencadear efeitos de alguma austeridade e severidade”.

“Mas propiciará uma elevação dos padrões de exigência e de rigor, dará indicadores de avaliação externa de



professores e escolas”, disse.

Para o presidente do grupo parlamentar do PSD, numa referência ao Governo, “há quem prefira soluções fáceis e vendáveis” que causam “ilusões estatísticas” de sucesso.

“Nós não temos medo das medidas difíceis”, afirmou.

Concretamente, a bancada do PSD propõe que nos anos em que há provas de “mera aferição” se passe a “um sistema de provas globais que, ao fim de três anos e após avaliação, se

convertam em autênticos exames”.

No caso dos anos e disciplinas “em que haja provas globais”, Paulo Rangel sugere que “passem a ser exames verdadeiros e próprios” e cujo resultado seja “ponderado com a avaliação contínua”.

O líder parlamentar social-democrata acusou o Governo socialista de “facilitismo” na sua política de educação.

“O laxismo e o facilitismo não são apenas factores de atraso no desenvolvimento do país, são responsáveis directos pela marginalização definitiva dos alunos mais desfavorecidos”, afirmou.

Também hoje, o deputado do PSD Agostinho Branquinho acusou o Ministério da Educação de intimidar as autarquias a pagarem modems e ligação à Internet dos computadores Magalhães distribuídos a alunos do primeiro ciclo do ensino básico.

Durante um debate no Parlamento sobre educação agendado pelo PSD, Agostinho Branquinho considerou que “o Governo ainda não explicou e era bom que explicasse quem vai pagar os custos reais do Magalhães”.

Agostinho Branquinho disse saber que “o Ministério da Educação mandou para todas as câmaras do país propostas - aquelas pressões que não são bem pressões - para pagarem os modems, que custam 45 euros, e a totalidade ou parte da assinatura anual da Internet, que se eleva a 250 euros”.

O deputado e vice-presidente do grupo parlamentar do PSD acrescentou ter a informação de que “a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) comunicou às escolas que deviam dizer quais eram as situações anómalas, ou seja, quais as autarquias que não vão participar, para que a DREN pudesse intervir”.

“Aquilo que não têm é vergonha”, observou Agostinho Branquinho.

## “Degradação da exigência e qualidade do ensino”

O PSD acusou o PS de usar os alunos do ensino público como instrumentos de acções de propagação eleitoral como a distribuição de diplomas, computadores e cheques nas escolas, num debate parlamentar sobre Educação.

O ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, representou o Governo no debate sobre “exigência e qualidade do ensino” agendado pelo PSD, tendo o deputado social-democrata Pedro Duarte assinalado a ausência da ministra e dos secretários de Estado da Educação.

“É um Ministério da Educação que foge ao debate porque tem medo do confronto com a realidade. Há ausências que significam mais do que mil acções de propaganda”, disse Pedro Duarte.

Na intervenção inicial do PSD, Pedro Duarte defendeu que “o PS está a implementar no país um verdadeiro programa oculto para a educação, um programa que passa por colocar os alunos ao serviço dos seus desígnios eleitorais”.

“As crianças e jovens que estão nas nossas escolas estão a ser usados como instrumentos deste programa oculto”, acusou o deputado.

O parlamentar do PSD acrescentou que “multiplicam-se as acções de propaganda eleitoral nas escolas, seja a distribuir diplomas, PC ou cheques”, como parte de “um programa ao serviço dos votos no PS”.

De acordo com o ex-secretário de Estado da Juventude, o programa educativo do PS inclui também a “eliminação de qualquer resquício de exigência e qualidade” porque “coloca tudo ao serviço da melhoria artificial

e aparente de resultados”.

“Está assim o Governo PS a cavar um fosso cada vez maior entre uma elite que poderá aceder a um ensino exigente e rigoroso e o resto da população que, por falta de condições económicas, terá de se contentar com uma escola de segunda, que pode servir para acções de propaganda do PS mas decididamente não serve para preparar as novas gerações para as dificuldades do século XXI”, sustentou.

Como medidas para “uma inversão radical do rumo” da política educativa, o deputado do PSD Pedro Duarte propôs um reforço da avaliação externa dos alunos, a criação de uma agenda independente para avaliar estudantes, escolas, professores, programas e manuais e o combate ao abandono e insucesso escolares através de equipas multidisciplinares que acompanhem os alunos reprovados.

Desta forma, o PSD questionou o Governo sobre a “degradação da exigência e qualidade do ensino”, que o partido afirma verificar-se “nos últimos anos”, num debate parlamentar no qual vai criticar as políticas de “facilitismo” da equipa da ministra Maria de Lurdes Rodrigues.

“Este é um dos grandes problemas do sistema de ensino actualmente. O desleixo por parte do Governo de ceder à tentação de facilitismo para atingir resultados estatísticos que não correspondem a verdadeiros resultados nas aprendizagens. Crianças e jovens não estão hoje a ser preparados como deviam ser nas escolas”, criticou o deputado Pedro Duarte.

Para enriquecer o debate de hoje foi criado um blogue na Internet, que nos últimos sete dias recebeu mais de 8.000 visitas e o contributo de diversas personalidades. Aí, o Grupo Parlamentar dos sociais-democratas afirma que “assistimos nos últimos anos a um conjunto de práticas adoptadas pelo Governo que conduzem à degradação da exigência e da qualidade do ensino”.

“O laxismo e o facilitismo não são apenas factores de atraso no desenvolvimento global do país. São responsáveis directos pela exclusão dos alunos mais desfavorecidos sócio-culturalmente”, afirma o PSD.

A ideia já foi defendida esta semana pelo líder parlamentar do partido, Paulo Rangel, durante uma audição com os ex-ministros da Educação Marçal Grilo e Roberto Carneiro.

“Queremos trabalhar para a estatística ou para o conhecimento? Se a escola não puxar pelos alunos, se não for exigente, eles acabam por ser marginalizados”, considerou Paulo Rangel.

Por seu turno, Roberto Carneiro reconheceu que o sistema educativo português tem perdido rigor e exigência nas últimas décadas.

“É preciso reencontrar um clima de exigência”, sublinhou o titular da pasta da Educação entre 1987 e 1991, no Executivo de Cavaco Silva.



Tratando-se de um agendamento potestativo não havia obrigatoriedade da presença de um elemento do Governo no debate. – **GP/PSD**

### **PSD “compreende” as razões do PS no reconhecimento do Kosovo**

O PSD foi hoje a única força da oposição a aceitar as explicações do Governo para que Portugal reconheça a independência do Kosovo, opção que motivou duras críticas do CDS-PP, PCP e Bloco de Esquerda.

Na Assembleia da República, após as explicações apresentadas pelo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, para Portugal reconhecer a independência do Kosovo, apenas o deputado social-democrata José Cesário considerou “aceitáveis” as justificações do membro do Governo.

Embora sublinhando que a posição oficial do PSD será transmitida pela direcção nacional do partido, José Cesário adiantou que as explicações de Luís Amado sobre o reconhecimento da independência do Kosovo por parte de Portugal “vão ao encontro das preocupações” dos sociais-democratas.

Em relação à situação desta região dos Balcãs, o deputado do PSD apenas

adiantou que “é preciso ter em conta a situação de facto e as mais recentes mudanças no contexto geo-político”.

Mias tarde, o porta-voz das Relações Internacionais dos sociais-democratas, Luís Arnaud, afirmou que O PSD “compreende e aceita” a posição anunciada pelo Governo português de reconhecer formalmente a independência do Kosovo.

Portugal reconheceu hoje formalmente o Kosovo, tornando-se no 48º país do mundo e no 22º da União Europeia a reconhecer a independência da antiga província sérvia, declarada unilateralmente há quase oito meses.

“Há novos elementos e o PSD compreende e aceita a posição do Governo que é também secundada pelo Presidente da República”, frisou Arnaud, numa alusão às quatro razões apontadas hoje na Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República pelo chefe da diplomacia portuguesa, Luís Amado, que levaram a esta tomada de decisão.

O porta-voz das Relações Internacionais do PSD vincou que o Governo de José Sócrates “esteve bem” ao não ter reconhecido de imediato o Kosovo, posição que o PSD “defendeu”.

Arnaud salientou que, oito meses passados sob a independência

unilateral daquela província sérvia de maioria albanesa, a 17 de Fevereiro, e tendo em conta os elementos agora apresentados pelo governo, quer de enquadramento geo-político internacional quer no contexto da União Europeia, “há um consenso ao nível do Estado”.

Antes, não se registou esse consenso alargado dos partidos portugueses, a não ser em relação à decisão do Governo de não ter pressa em assumir uma posição, elogiada por todos os partidos. - **Lusa**

### **Violência contra as mulheres: Deputado Mendes Bota convidado da audição pública do Parlamento Europeu sobre o assunto**

O deputado Mendes Bota foi um dos oradores convidados da Audição Pública que o Parlamento Europeu organizou na segunda-feira, às 15 horas, em Bruxelas, dedicada à temática “Combate à Violência Contra as Mulheres”.

Além de Mendes Bota, houve intervenções nesta ocasião, do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jacques Barrot, responsável pelas áreas da Justiça, Liberdade e Segurança, a professora universitária italiana Maria Pia Baccari Vari, e a presidente da Fundação das Mulheres Progressistas de Espanha, Henriqueta Chicano.

Os trabalhos foram conduzidos pela eurodeputada polaca, Anna Záborská, presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Género do Parlamento Europeu.

Mendes Bota, no seguimento da aprovação unânime dos seus projectos de Resolução e de Recomendação por parte da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, no passado dia 3 de Outubro, defendeu convictamente a necessidade de se avançar para uma Convenção de Combate à Violência Contra as Mulheres, abrangendo as seis formas mais severas e frequentes de violência sobre as mulheres, como a violência doméstica, as agressões sexuais (incluindo as violações, maritais ou não), o assédio, os casamentos forçados, os crimes de “honra” e as mutilações sexuais femininas.

Mendes Bota chama-lhe “a Convenção dos 3 Ps”, ou seja, Protecção (das vítimas), Perseguição (dos autores) e Prevenção (na sociedade em geral).

Na passada semana, o assunto foi abordado pela primeira vez por um grupo de trabalho na órbita do Comité de Ministros do Conselho da Europa, e Mendes Bota tem esperança de que se assista a uma evolução positiva.

Esta audição foi particularmente importante, pois quer o Parlamento Europeu, quer a Comissão Europeia, poderão ser aliados estratégicos na criação de um ambiente politicamente favorável ao avanço desta Convenção. – **Gab. Depº Mendes Bota**



## Intervenção do Deputado Hugo Velosa Proposta de Lei nº 172/X (ALRAM) – Primeira alteração à Lei Orgânica nº 1/2007, de 19 de Fevereiro, que aprova a Lei de Finanças das Regiões Autónomas

AR, 10 de Outubro de 2008  
Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
A Proposta da Assembleia Legislativa da Madeira tem antecedentes.

No Programa do Governo socialista é afirmado que “as Regiões Autónomas têm consolidado um percurso de convergência com os índices de produtividade e rendimento nacionais que se acentuou com a Lei nº 3/98 (LFRA)”, concluindo que urgia continuar esse esforço.

Mais. Consta do Programa que o Governo do PS iria garantir o pleno cumprimento da lei quer no tocante às transferências quer no que respeita às receitas fiscais.

Nem uma palavra sobre a revisão da Lei.

Também aqui o Governo não cumpriu o seu Programa.

E apresentou em finais de 2006 a Proposta de Lei sobre a nova Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

E vale a pena lembrar aspectos fundamentais desse debate:

- A Lei ora em vigor, aprovada exclusivamente pelo PS representou uma clara e despuorida instrumentalização político-partidária do Estado em relação à Região Autónoma da Madeira, fazendo prevalecer o interesse partidário sobre o interesse geral;

- Pela primeira vez nas relações entre o Estado e as Regiões Autónomas foram injustamente retirados meios à Região Autónoma da Madeira com benefício directo da Região Autónoma dos Açores num ataque político-partidário face ao partido político que governa a Região Autónoma da Madeira.

Esta Lei justificou as eleições antecipadas de 2007 na Região Autónoma da Madeira, que foram um verdadeiro referendo à injustiça praticada contra os Portugueses da Madeira, ficando o PS com 15% dos votos... Foi evidente a manifestação de vontade dos Madeirenses e a presente Proposta da Assembleia Legislativa da Madeira é o resultado do compromisso de apresentação de alterações à actual Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

É bom lembrar que o Ministro de Estado e das Finanças defendeu então o critério do PIB em relação ao Fundo de Coesão, o qual veio a ficar consagrado na Lei. Isto apesar de saber bem que o PIB regional *per capita* é empolado pela Zona Franca da Madeira. E teve o Ministro de Estado e das Finanças o deslante de afirmar que a Região Autónoma da Madeira defende a Zona Franca quando lhe dá jeito e se não lhe convém não a



defende. Por aqui se vê a má fé do Governo nesta Lei pois o Senhor Ministro sabia e sabe que o critério utilizado foi e é penalizador para a Região Autónoma da Madeira, sendo certo que o critério justo para o Fundo de Coesão era e é o do poder de compra.

Esta Proposta de Lei da Assembleia Legislativa da Madeira é uma resposta à injustiça, está bem fundamentada e prestigia aquela Assembleia.

E desde logo há que referir que a Proposta foi aprovada pelo PSD, CDS/PP e BE, tendo o PS e o PCP optado pela abstenção. Dos partidos representados nesta Assembleia da República nenhum votou contra, o que demonstra como são justas as propostas de alteração à Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aqui aprovadas em 2007, com voto exclusivo do PS, com a conviência dos Deputados do PS/Madeira na Assembleia da República.

Esta cumplicidade é inaceitável sendo certo que os Madeirenses em caso algum poderão aceitar este alinhamento. Nas eleições regionais de Maio de 2007 o PS/Madeira ficou pelos 15% dos votos, quando o que estava em causa era a Lei das Finanças das Regiões Autónomas deste Governo e do PS.

Se o PS e o PS/Madeira não viabilizarem esta Proposta é a prova de que não aprenderam esta lição democrática.

Senhores Deputados do PS espero que tenham lido a Proposta da Assembleia Legislativa da Madeira. Se o fizeram verificarão quão justas e correctas são as soluções adoptadas.

É proposto o ajustamento da fórmula de cálculo das transferências do Orçamento de Estado que, na redacção actual da Lei, penaliza a Região Autónoma da Madeira em detrimento da Região Autónoma dos Açores, de forma clara

dirigida directamente ao Governo Regional da Madeira, com prejuízo das

suas populações.

Neste caso, como tem acontecido sempre com o Governo socialista, confundem-se as relações institucionais entre governos, com objectivos político-partidários numa espécie de “conquista” do poder na Madeira.

Mas o PS e o Governo escolheram um mau caminho, prejudicando a Madeira e os Madeirenses. Pelos vistos, e esperemos que não, os 15% não foram entendidos pelo PS com humildade democrática.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Mas, esta Proposta aponta também para alterações que são legítimas e bem fundamentadas:

- Procura estabelecer o equilíbrio entre as Regiões Autónomas, não as discriminando sem fundamento, sem contudo diminuir as verbas que a Lei das Finanças das Regiões Autónomas reserva para a Região Autónoma dos Açores;

- Aperfeiçoa o conceito de projectos de interesse comum com participação estatal e estabelece regras mais justas para os empréstimos poderem beneficiar da garantia pessoal do Estado;

- Propõe que ao apuramento do IVA seja aplicado o regime suspensivo, tal como já acontece com ISP e os Impostos Especiais sobre o Consumo, com a respectiva cláusula de salvaguarda;

- Consagra e esclarece os princípios da autonomia financeira e da continuidade territorial;

- Substitui o critério do PIB pelo indicador do poder de compra *per capita* no âmbito do Fundo de Coesão.

Esta Proposta não teve votos contra na Assembleia Legislativa da Madeira.

Daí que seja muito estranha a posição dos Deputados do PS/Madeira quando souberam do seu agendamento na Assembleia da República.

O Deputado Jacinto Serrão tentou que esta proposta não fosse agendada.

O Deputado Maximiano Martins enviou publicamente o “recado” de que o Governo Regional deveria estar a fazer o seu trabalho em conjunto com o Instituto Nacional de Estatística para ser encontrado outro critério, que não o do PIB, para efeitos do Fundo de Coesão.

Mas o Instituto Nacional de Estatística não é um instituto de estatística independente? Ou para o referido deputado, faz parte dos órgãos políticos de decisão? Lê-se e não se acredita... De que têm medo os Deputados do PS/Madeira?

Que fique claro. Na prática, com estas posições e atitudes, os Madeirenses já perceberam que o PS/Madeira alinha sempre e claramente com o PS e o Governo contra os interesses da Madeira.

Com este Governo e a actual Lei das Finanças das Regiões Autónomas, a Região Autónoma da Madeira já foi prejudicada em 71,3 milhões de Euros de transferências do Orçamento de Estado em 2008.

Entre 2006 e 2009 a Região Autónoma da Madeira receberá menos 111,5 milhões de Euros, sendo que o principal impacto de perda é entre 2007 e 2009 resultante da actual Lei das Finanças das Regiões Autónomas do PS. E isto não fica por aqui.

Há uma diferença de 23 milhões de Euros desfavorável à Região Autónoma da Madeira no âmbito dos acordos referentes às transferências do Orçamento de Estado devido à incorrecta aplicação da fórmula de cálculo das transferências. Mais. Ao valor em dívida o Estado só pagou à Região Autónoma da Madeira uma primeira prestação inscrita no Orçamento de Estado de 2007, estando em dívida 68,77 milhões de Euros. E recebe menos 86,5 milhões de Euros com grande impacto de 2007 a 2009.

Mais. O Estado deve à Região mais de 20 milhões de Euros referentes à convergência tarifária da energia eléctrica e mais de 5 milhões de Euros no âmbito da habitação social.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
O PSD tem sido sempre solidário com a pretensão da Assembleia Legislativa da Madeira (que não teve votos contra). E só esperamos que o PS e os deputados do PS/Madeira não voltem a traír os justos e legítimos interesses dos Portugueses da Madeira que desde 2005 têm sido atacados por este Governo.

A Lei em vigor não resulta do Programa do Governo. O PS ainda está a tempo de corrigir a injustiça. Se o não fizer terá que, mais uma vez, assumir as consequências.

Disse.

## “A exigência e a qualidade no ensino”

9 de Outubro de 2008

Intervenção Dep. Emídio Guerreiro



Exmo. Sr. Presidente  
Senhoras e senhores Deputados  
Por iniciativa do PSD debatemos hoje dois princípios essenciais para a política educativa: A qualidade e a exigência!

Ao longo dos últimos anos fomos assistindo a um conjunto de medidas que comprometem claramente estes princípios!

O facilitismo é a imagem de marca da prática deste governo:

- ao nível do estatuto do aluno ao terminar a clarificação entre faltas justificadas e injustificadas e no modo como coloca em causa o valor da assiduidade!

- ao nível da avaliação com a redução das provas globais e exames e, permitam-me que recorde as intervenções irresponsáveis da Sra. Ministra quando, e por mais de uma vez, lançou verdadeiros apelos à melhoria artificial das notas com argumentos tão estranhos que foram desde o custo monetário das reprovações à inclusão da nota do aluno na classificação do desempenho do professor!

Sr. Presidente  
Senhoras e senhores Deputados  
Estas medidas são meras ilusões! O governo altera de forma artificial a realidade para ter estatísticas ficcionadas a cor de rosa!

Os valores do trabalho, do empenho e do mérito são claramente esquecidos e retirados do dia-a-dia dos jovens estudantes!

Estamos a assistir a um erro brutal que terá reflexos muito graves na nossa sociedade a médio e longo prazo.

Este governo promove políticas de educação para as estatísticas de hoje e não prepara os nossos jovens para os desafios cada vez mais complexos dos dias de amanhã!

Sr. Presidente  
Senhoras e senhores Deputados  
Não há reformas possíveis sem o envolvimento dos principais agentes do sector. Este governo multiplicou as tarefas burocráticas da escola e atacou de forma vergonhosa a dignidade dos professores portugueses!

Como é habitual com este governo, a máquina de propaganda começou por lançar estigmas sobre os professores junto da população em geral.

Ora se insinuava que eram preguiçosos e faltosos, ou então afirmava-se que os professores não queriam ser avaliados! E tudo isto para predispor a população contra os professores!

Sr. Presidente  
Senhoras e senhores Deputados  
Ao longo de anos e anos fomos assistindo a múltiplas reformas nas políticas educativas em Portugal. Em todos os momentos mais difíceis os



professores souberam sempre colocar os interesses dos seus alunos em primeiro lugar. Apenas este facto justificaria um tratamento diferente por parte deste governo!

Uma escola de sucesso, uma escola de qualidade precisa de um corpo docente motivado e empenhado!

Sem o envolvimento dos professores não é possível criar condições que promovam uma cultura de exigência e de qualidade assente nos princípios do trabalho, do rigor e do empenho que é fundamental transmitir aos jovens alunos!

Mas o governo não quer os professores motivados e empenhados! O estatuto da carreira docente aprovado pelo governo deveria ser um documento estratégico mobilizador de toda a classe, mas não o é!

Bem pelo contrário! Ao dividir a carreira em duas o governo criou professores de primeira e de segunda! A revolta e a desmotivação são uma realidade incontornável nas escolas portuguesas verificável nas múltiplas manifestações, nas cartas e nos emails que milhares de professores nos enviam e bem patente nos pedidos antecipados de reforma que atingiram níveis nunca vistos!

Sr. Presidente  
Senhoras e senhores Deputados  
E que dizer do modelo de avaliação de desempenho desenhado e imposto pelo governo?

A avaliação de desempenho de qualquer profissão deve ser um processo claro, justo e transparente! O modelo aprovado pelo governo é tudo menos isto! É um modelo centralista, burocrático, com indicadores a avaliar

multiplicados à exaustão, opaco e injusto ao fixar quotas para as vagas nos escalões de topo e para as classificações a atribuir aos docentes!

Ao contrário do que se faz em toda a união europeia, em Portugal a avaliação é interna e é feita pelos colegas! Mais uma tarefa burocrática atribuída aos professores que para além de terem de despende horas e horas em reuniões e em tarefas burocráticas passam a ser os responsáveis pela progressão ou não dos seus colegas!

Sr. Presidente  
Senhoras e senhores Deputados  
O aumento da carga burocrática no dia-a-dia dos professores tem um efeito perverso na escola.

O aluno, a preparação das aulas passa para segundo plano e isso é mais um resultado negativo da política seguida por este governo!

Sr. Presidente  
Senhoras e senhores Deputados  
É tempo de clarificar posições. De falar verdade e dizer aos portugueses que as opções tomadas não foram as melhores e que se deve arrear caminho para que a escola seja um espaço de promoção da qualidade e da exigência!

Só assim os nossos jovens adquirirão as competências necessárias para enfrentar o mundo cada vez mais complexo!

E para uma escola de qualidade é fundamental motivar e mobilizar os professores.

É urgente alterar o Estatuto da carreira docente e o modelo de avaliação de desempenho dos professores. Uma só carreira, com escalões bem definidos e com

processos de avaliação que privilegiam a exigência e o mérito. Utilizando instrumentos de avaliação rigorosos, com o recurso a avaliadores externos.

Uma só carreira, à partida ao dispor de todos mas onde apenas os melhores chegarão ao topo. Sem quotas. Sem artifícios administrativos. Apostando tudo nos patamares de exigência definidos para cada escalão, que aumentam conforme a carreira avança. Com júris de avaliação externa nos escalões de topo.

Exigência. Mérito. Competência. Avaliação.

São estes os quatro eixos que entendemos serem determinantes para a progressão da carreira.

Sem expedientes burocráticos. De forma rigorosa mas transparente.

Dividir a carreira em duas, criando professores de primeira e de segunda pode resolver o problema financeiro, mas não premeia nem o mérito nem impõe uma cultura de rigor na avaliação de desempenho. Na verdade ao prever que anualmente serão definidas administrativamente por despacho conjunto do ME e do MF as quotas quer para as vagas de professor titular quer para as notas qualitativas a atribuir no processo de avaliação, o Governo mata o processo de avaliação de desempenho! Arrasa por completo a justiça que um processo de avaliação de desempenho deve conter!

O nosso caminho é outro! Um caminho mais justo e mobilizador! Que deve e tem de ser enquadrado numa escola diferente, mais autónoma e mais exigente.

Um caminho que o Governo e o PS recusam!  
Preferem o centralismo à autonomia.

Preferem a burocratização das tarefas dos docentes ao reforço da mais nobre tarefa do professor, a de ensinar as nossas crianças e os nossos jovens!

Sr. Presidente  
Senhoras e senhores Deputados  
A promoção da qualidade e da exigência no ensino é determinante para o futuro do país.

O caminho escolhido por este governo vai no sentido contrário, ou seja na promoção do facilitismo e no da desvalorização do papel do professor na escola.

É importante que no meio da nuvem de propaganda lançada pelo governo no arranque deste ano lectivo, não se confunda o acessório com o fundamental. A vertigem dos resultados mascarados pela estatística ficcionada não se pode sobrepor a uma estratégia de impacto sério a médio e longo prazo que privilegie os valores do trabalho, do empenho e do rigor. Este é o caminho que Portugal tem de trilhar e é bem diferente daquele por onde temos andado...

Disse.





## Intervenção Dep. Paulo Rangel

Senhor presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados:

Algum dos Senhores Deputados é capaz de afirmar, com verdade e em consciência, que a escola portuguesa, no seu estado actual, é uma escola exigente que apetrecha e prepara bem os seus alunos?

Algum dos Senhores Deputados é capaz de afirmar, com verdade e em consciência, que a escola portuguesa, no seu estado actual, tem como preocupação primeira dotar os alunos de conhecimentos efectivos, sólidos, substantivos?

Pois bem, Senhores Deputados, o principal objectivo do debate promovido pelo PSD é este mesmo: re-centrar as políticas educativas na sua finalidade prioritária: a transmissão e a aquisição do conhecimento.

O debate de hoje – tal como aqui se travou – serviu, por isso, para derrubar dois dos vários mitos da política de educação do Governo PS.

Primeiro mito, o mito ideológico. O Governo PS e os seus arautos nesta Câmara arrancam da premissa ideológica de que uma escola aberta e acessível a todos, democrática ou “inclusiva”, como tanto gostam de dizer – tem de ser complacente, tem de fazer concessões ao “facilitismo”, tem de renunciar a quaisquer critérios de seriação e de selectividade.

Nada de mais falso. Nada de mais erróneo.

A exigência é uma condição *sine qua non* para uma verdadeira igualdade de oportunidades. É mesmo um pressuposto indispensável da correcção das assimetrias de origem entre os alunos portugueses (que vão da condição económica-social ao ambiente cultural das respectivas famílias). Ao contrário de um preconceito muito divulgado, a exigência e a profundidade no ensino são o primeiro requisito da chamada “escola inclusiva”. O laxismo e o facilitismo não são apenas factores de atraso no desenvolvimento global do país; são responsáveis directos pela marginalização definitiva dos alunos mais desfavorecidos sócio-culturalmente.

O segundo mito: o mito burocrático. O Governo PS e os seus oráculos nesta Câmara transformaram a avaliação da escola – da escola no seu todo – no *alfa* e no *omega* das políticas de educação. O que significa que deslocaram a rotina das escolas, o seu dia-a-dia, da equação “ensino-aprendizagem” para o binómio “reporte-avaliação”. Perde-se muito mais tempo a aferir e avaliar – alunos, professores, escolas, funcionários – do que a ensinar e a aprender. O arranque do ano lectivo – da vida das escolas (ou



das escolinhas, como, com aquele toque de ternura de que só a propaganda é capaz, o Governo agora lhes chama) – está irremediavelmente marcado pela burocracia e o melindre da avaliação, em especial da avaliação dos professores, feita nos termos que todos conhecem.

Houve um dia em que a senhora Ministra disse – numa frase infeliz e errada – disse que o sistema educativo está demasiado centrado nos professores.

Mas cabe perguntar – e perguntar-lhe também a ela –, esta atribulada avaliação não será um dos principais factores de concentração do dito sistema educativo em torno da classe docente? Enquanto se preenchem formulários, se escrevem relatórios, se marcam reuniões e se fazem entrevistas, quantas aulas ficam por

preparar, quantos alunos repetentes ficam por assistir, quanto empenho e energias de professores se gastam em secretarias e corredores?

O Governo PS, nos três anos e meio de Governo que leva, abriu várias frentes nas políticas educativas. Tem errado muito; e tem errado mais do que acertado. Mas uma área em que falhou clamorosamente foi a da exigência e qualidade do ensino.

[Já não se fala no escândalo da manipulação estatística, do uso de um único ano, ainda por cima não comparável. A instabilidade dos graus de dificuldade e das condições de prestação de provas. A alteração de regras de realização de provas de exame, aliás, condenada, por ilegais, em tribunal. A eliminação das provas globais do 9.º ano. A tentativa de

eliminação dos trabalhos de casa. A desmotivação e desacreditação dos professores – agora documentada nos números impressionantes dos pedidos de aposentação.]

O reforço da exigência é, pois, um imperativo político de primeira grandeza. Sabemos bem que ele depende de múltiplos factores, que interagem entre si e que são de assinalável complexidade. Apresentaremos, por isso, oportunamente, um projecto de resolução, que, assente no conjunto de propostas feitas ao longo desta legislatura,

no debate público que antecedeu a discussão de hoje e que continuará para balanço no blog que tanto sucesso teve, na audição de mais um conjunto de especialistas,

um projecto de resolução, dizia, exclusivamente destinada ao reforço da exigência, da qualidade e do rigor no ensino nas escolas portuguesas.

Julgamos, porém, que a complexidade do nosso sistema educativo exige “medidas-alavanca” com uma lógica incremental, e, por isso, desde já fazemos uma proposta de reintrodução gradual de exames nos anos de conclusão de cada ciclo do ensino básico.

Nos anos em que há provas de mera aferição, que se passe a um sistema de provas globais, que, ao fim de três anos e após avaliação, se convertam em autênticos exames.

Nos anos ou disciplinas em que haja provas globais, que passem a ser exames verdadeiros e próprios. Exames, naturalmente, cujo resultado seja convenientemente ponderado com a avaliação contínua.

Sabemos bem que se trata de uma medida difícil e dura, que, caso seja organizada por entidades independentes e credíveis, desencadeará efeitos de alguma austeridade e severidade num primeiro momento.

Mas propiciará também, estamos certos, uma elevação dos padrões de exigência e de rigor, fornecerá indicadores indirectos de avaliação externa de professores e escolas, contribuirá para desempenhar melhor a missão da escola: a transmissão intergeracional do saber.

Há quem prefira soluções fáceis e vendáveis, com sérios custos a curto-médio prazo: as da ilusão estatística. Nós não temos medo das medidas difíceis, temos bem consciência do dilema do poeta, que beijar o gesto, tem de beijar as mãos.

Dizia, na verdade, Fernando Pessoa.

«Oh tocadora de harpa! Se eu pudesse beijar teu gesto sem beijar as tuas mãos...»

INTERVENÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
09/10/2008  
Pedro Duarte

## Agendamento Potestativo PSD «Exigência e Qualidade no Ensino»

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
O PSD traz hoje a debate no Parlamento o estado do ensino no nosso País.

Mais concretamente, pretendemos discutir, com sentido de responsabilidade, a acentuada degradação da exigência e da qualidade no sistema de ensino português.

Ao longo dos últimos dias o PSD inovou, levando o debate para fora das paredes da Assembleia da República e trazendo, para o seu seio, diagnósticos, opiniões, ideias e propostas.

Para além de inúmeras reuniões com agentes e especialistas nesta área, o recurso às novas tecnologias revelou-se, a este respeito, uma ferramenta particularmente eficaz.

O fórum de discussão que, há uma semana atrás, o PSD lançou na Internet, sobre este tema, tem-se revelado um sucesso absolutamente surpreendente.

Até ao início deste debate, o mesmo registava mais de 10.000 acessos, com centenas e centenas de contributos de enorme qualidade e, quicá mais importante, de uma imensa espontaneidade.

Contributos que nos chegaram de personalidades reconhecidas como especialistas na área da Educação.

E contributos de pessoas anónimas – pais, professores, alunos - que quiseram, com sentido cívico, partilhar a sua visão para um ensino melhor em Portugal. O PSD agradece, com forte convicção, este significativo exemplo de cidadania activa e positiva, que todos demonstraram.

Senhor Presidente  
Senhor Deputados

O modelo de ensino – uniforme - que a máquina do Ministério da Educação impõe às nossas escolas é castrador da diferença, da diversidade, da inovação, da flexibilidade e da criatividade que deveria caracterizar um ensino moderno, adaptado ao Século XXI, verdadeiramente indutor de conhecimento e de competências práticas para as crianças e jovens do nosso País.

Mas o mais grave, é que este modelo único, uniforme e opressor da diversidade está, hoje, ao serviço da política do Partido Socialista.

Por isso, a questão que o PSD hoje pretende enfatizar, prende-se com a “ideologia do facilitismo” que este Governo tem imposto às nossas escolas.

A política educativa do PS para a



Educação é uma política que começa e acaba na manipulação e artificialismo dos resultados.

Coloca tudo ao serviço da melhoria artificial e aparente de resultados, prejudicando o rigor e a exigência.

É, de facto, uma verdadeira ideologia que se esgota no facilitismo, que tem horror à exigência, que despreza o esforço, que desvaloriza o trabalho e que hostiliza o mérito.

Deixo-vos, Senhores Deputados, alguns exemplos que comprovam estas palavras e que evidenciam o verdadeiro Programa Oculto do PS para a Educação:

Desde que tomou pose, este Governo:

- Acabou com as provas globais no 9.º ano;

- Este Governo criou cursos de jogador de futebol para jovens de 15 anos que dão equivalência a esse mesmo 9º ano;

- Este Governo acabou com o exame nacional a Filosofia no 12º ano, supostamente porque era difícil;

- Este Governo aprovou um Estatuto do Aluno em que ninguém reprovava mesmo que falte injustificadamente a todas as aulas;

- Este Governo criou um Estatuto da Carreira Docente, em que a progressão na carreira dos professores depende das notas que estes dão aos alunos na avaliação contínua;

- Este Governo decretou administrativamente uma tolerância

excepcional de 30 minutos nos exames nacionais deste ano:

- Este Governo criou um sistema de avaliação de escolas, em que estas serão avaliadas em função do número de reprovações, independentemente do contexto ou das reais aprendizagens dos alunos;

- Este Governo, pela voz da Ministra, alertou enfaticamente o País para o custo financeiro das reprovações de alunos;

- Este Governo apadrinhou a facilidade dos exames nacionais e provas de aferição deste ano, tal como consideraram todos os peritos, especialistas, professores, associações de pais e sociedades científicas que denunciaram o perfil “anormalmente” fácil destas provas;

- Por último, mas não menos importante, este Governo desqualificou, desautorizou, maltratou os professores, afectando o seu brio profissional, a sua motivação e a sua autoridade. Com esta atitude, o Governo atacou a dignidade individual de cada profissional e prejudicou seriamente a sua autoridade na sala de aula. Não admira, assim, a abundância de casos de indisciplina - e até de violência - em tantas escolas deste País.

Senhor Presidente  
Senhores Deputados

O PS está a implementar no País um verdadeiro Programa Oculto para a Educação.

Um Programa que passa por colocar os alunos ao serviço dos seus

designios eleitorais.

Para isso vale tudo:

Por um lado, multiplicam-se as acções de propaganda eleitoral nas escolas, seja a distribuir diplomas, PC's ou cheques;

Por outro lado, destrói-se a autoridade, a dignidade e o respeito que é devido aos professores;

Por último, elimina-se qualquer resquício de exigência e de qualidade no ensino e nas aprendizagens.

Eis o Programa Oculto do PS para a Educação.

Um Programa ao serviço dos votos no PS.

Mas um Programa com consequências dramáticas para as futuras gerações no nosso País.

Esta ideologia facilitista, que o PS está a impor nas nossas escolas, tem dois efeitos que consideramos de uma enorme gravidade:

- Em primeiro lugar, as crianças e jovens que estão nas nossas escolas a ser usados, como instrumentos deste Programa Oculto, serão – pessoalmente, cada uma e cada um deles - fortemente penalizados nas suas vidas futuras pelo facto de lhes ser negado um ensino que realmente os prepare para os desafios e obstáculos que terão, mais tarde, de enfrentar;

- E por outro lado, uma outra consequência – esta de teor colectivo - não menos perversa. Este facilitismo socialista acentuará as desigualdades sociais. A verdade é que as famílias que não têm recursos ou condições económicas favoráveis, ficarão prisioneiras deste modelo facilitista que não prepara as crianças e jovens para o futuro; enquanto que outros – com mais condições socio-económicas – beneficiarão de apoio familiar, do recurso a explicações privadas ou do acesso a colégios particulares.

Está assim o Governo PS a cavar um fosso, cada vez maior, entre uma elite que poderá aceder a um ensino exigente e rigoroso; e o resto da população que, por falta de condições socio-económicas, terá de se contentar com uma escola de segunda, que pode servir para acções de propaganda do PS, mas que decididamente não serve para preparar as novas gerações para as dificuldades do Século XXI.

Aliás, Senhores Deputados, não deixa de ser paradoxal:

O Partido Socialista, que tanto gosta de encher a boca com a “escola pública” e com a “escola inclusiva”, está objectivamente a contribuir para a destruição da escola pública e para o





fomento da exclusão social por via do ensino.

Concluindo,

O PSD considera que não temos o direito de hipotecar o futuro das próximas gerações.

Por isso, defendemos uma inversão radical do rumo que tem vindo a ser seguido. Inversão essa que terá de passar:

- Por uma nova filosofia de avaliação dos alunos, com reforço da componente externa;

- Que passa pela valorização dos professores, dignificando a sua carreira e o seu insubstituível papel na qualidade do ensino;

- Que passa Pela criação de equipas multidisciplinares, nas escolas, de combate ao abandono e insucesso, e com funções específicas de acompanhamento dos alunos que reprovem;

- Que passa Pelo incentivo à autonomia das escolas e crescente envolvimento, dos pais e famílias, na vida dessas escolas e no acompanhamento dos alunos;

- Que passa Por uma atitude implacável perante todos os casos de violência ou de indisciplina na escola;

- Que passa Pela alteração do inqualificável Estatuto do Aluno (que não distingue entre faltas justificadas e injustificadas) dando mais responsabilidade a cada escola;

- Que passa Pela urgente avaliação dos actuais currícula, programas e manuais escolares;

- Que passa Pela criação de uma agência, independente do Ministério, responsável pela avaliação de todo o sistema de ensino. Isto é, uma agência independente responsável pela avaliação externa dos alunos, das escolas, dos professores, dos programas e dos manuais;

- E Que passa Pelo princípio da liberdade de escolha da escola, aproveitando as boas práticas, incrementando melhorias, e apostando sempre na qualidade.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

O PSD pretende, construtivamente, contribuir para a melhoria do ensino.

Mas, para tal, impõe-se uma mudança radical da política socialista.

É este o desafio e a opção que o País tem pela frente:

- podemos escolher os resultados manipulados que escondem a realidade efectiva, trazendo eventualmente algumas glórias efémeras para alguns;

- ou podemos mudar de vida, dando um salto qualitativo no nosso ensino, tornando-o competitivo neste Mundo globalizado.

O PSD está deste lado.

Do lado dos professores, dos pais, dos alunos que acreditam que o País merece ter futuro.

Obrigado.

Assunção Esteves

# União Europeia - não há história sem símbolos!

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a decorrer esta semana em Bruxelas, a Deputada do PSD Maria Assunção Esteves participou no debate sobre o Relatório Carnero relativo aos símbolos da União Europeia.

Este relatório prevê que seja incorporada no Regimento do Parlamento Europeu uma nova regra sobre a utilização pelo PE dos símbolos da União. Esta norma, que entrará amanhã em vigor, estipula que a bandeira seja hasteada em todos os edifícios do PE, nas salas de reunião e nos actos oficiais, que o hino seja interpretado nas sessões constitutivas e noutras sessões solenes e que o lema “Unida na diversidade” seja reproduzido nos documentos oficiais do PE.

Na sua intervenção, a Deputada do PSD fez alusão à sessão solene do dia anterior, declarando que “o hino da Europa poderia ter-se juntado às lágrimas de Ingrid Betancourt.”

Segundo Assunção Esteves, o hino “culminaria o grito de uma partilha



colectiva de memória e de vontade. Nenhum projecto humano prescinde de uma dimensão simbólica. Desde a força das palavras com que daqui governamos os povos da Europa, aos rituais da representação política que nos sentam à esquerda e à direita na dialéctica do debate parlamentar. Não há história sem símbolos!”, lembrou a Deputada.

Na sua opinião, “as palavras, a

bandeira, o hino, o lema: o projecto universal da Europa não pode forjar-se no imaginário colectivo sem a química dos símbolos.” Para Assunção Esteves, os símbolos designam “não apenas o mundo que está, mas o mundo que queremos ter. Eles ligam razão e emoção, o mais profundo que há em nós. O seu valor vem do processo de identidade que desencadeiam.”

“Como pode o projecto gigantesco da Europa, assente no valor transcendental da dignidade humana, virado ao mundo, liderante nos direitos, prescindir de uma dimensão simbólica?” questionou a Deputada.

A terminar, Assunção Esteves lembrou que “o pensamento europeu deixa-nos um imenso registo sobre o significado dos símbolos. A política não o pode ignorar. Se é política e não burocracia. Porque a política transporta consigo todas as manifestações do humano no que ele tem também de ideal e sublime.” - **Correspondente**

## Carlos Coelho quer acabar com causalidade directa entre delinquência e origem étnica



O Eurodeputado Carlos Coelho do PSD assinou hoje uma Declaração Parlamentar com outros Deputados ao Parlamento Europeu sobre a prevenção da escalada do racismo e da xenofobia na União Europeia

Carlos Coelho e os restantes signatários desta tomada de posição consideram que não existe uma relação de causalidade directa entre delinquência e origem étnica, e que associar delitos à origem étnica só pode dar origem a conflitos raciais e à divisão étnica.

Esta Declaração exorta a UE e os seus Estados Membros a adoptarem e aplicarem uma “legislação apropriada contra a discriminação, que proíba as autoridades públicas e os meios de comunicação de vincular a delinquência com a origem étnica”.

Os Deputados pedem também à UE e os seus Estados Membros para eliminarem das declarações, legislação e políticas a confusão entre imigrantes e cidadãos da UE que circulam e se estabelecem noutra Estado-Membro, aplicando as mesmas regras em matéria de direitos humanos.

Esta declaração considera que as medidas tendentes a reduzir a delinquência no seio das comunidades “étnico-culturais de residentes não nacionais se devem basear na integração sociocultural, e não na repressão policial.”

A terminar propõe como prioridades: criar estruturas associativas de residentes não nacionais; estabelecer um diálogo estruturado e relações institucionais entre comunidades de residentes não nacionais e de nacionais; mobilizar créditos da UE e dos Estados-Membros para programas de integração cívica, fomentar a compreensão entre culturas e melhorar as condições de vida; melhorar a legislação e desenvolver incentivos de luta contra o trabalho ilegal. - **Correspondente**



# Carlos Coelho defende Sistema Europeu de Informação sobre os Registos criminais



A Mini Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou em Bruxelas um Relatório sobre a Criação do Sistema Europeu de Informação sobre os Registos criminais que contou com o apoio do Deputado do PSD Carlos Coelho que integra a Comissão de Liberdades, Segurança e justiça do PE.

Desde 2005 que a Comissão tem apresentado diversas iniciativas legislativas para regulamentar e facilitar o intercâmbio dos registos criminais, pondo fim a um sistema “moroso e basicamente ineficaz”, que funcionava com base nos mecanismos previstos pela Convenção de 1959 do Conselho da Europa.

Segundo Carlos Coelho, a primeira melhoria foi introduzida com a Decisão, de 2005, relativa ao “intercâmbio de informações extraídas do registo criminal, nomeadamente no que diz respeito ao encurtamento dos prazos de transmissão.”

Em 2007, o Conselho chegou a um Acordo Político relativo a uma Decisão-quadro que visa assegurar que cada Estado Membro possa responder da forma mais completa e correcta aos pedidos de antecedentes criminais que lhe sejam apresentados sobre os seus nacionais.

Carlos Coelho explica que esta iniciativa “não pretende alterar os princípios básicos desta Decisão Quadro, mas sim completá-la. Pretende criar um sistema informatizado de intercâmbio de informações sobre condenações entre os Estados Membros, isto é, o Sistema Europeu de Informação sobre os Registos Criminais (ECRIS).”

Segundo Carlos Coelho, continuam a existir 27 Sistemas jurídicos distintos, com “sensibilidades jurídico-sociais diferentes, mas tentou-se encontrar um ponto comum de forma a permitir uma aplicação prática do sistema.”

Neste contexto, para que exista uma protecção de dados adequada é evidenciada, mais uma vez, a necessidade urgente de se aprovar a Decisão Quadro relativa à Protecção de Dados no 3º Pilar, que repetidamente tenho reclamado. -

**Correspondente**

## Crise Financeira

# Eurodeputados do PSD defendem acção coordenada dos Estados Membros - e maior transparência

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu a decorrer esta semana em Bruxelas, os Deputados Europeus aprovaram um relatório com recomendações à Comissão Europeia sobre o seguimento do processo Lamfalussy: futura estrutura de supervisão do sistema financeiro.

Os deputados do PSD apoiaram este relatório particularmente oportuno face à crise financeira internacional. “É necessário garantir já a estabilidade financeira e criar, no longo prazo, medidas contra riscos sistémicos”, defendem os deputados sociais-democratas em Bruxelas.

Os Deputados do PSD defendem que “poblemas globais requerem soluções coordenadas a uma escala global. A cooperação internacional é fundamental para assegurar a credibilidade dos mercados e restituir-lhes credibilidade.”

Para Carlos Coelho, coordenador dos Deputados do PSD no Parlamento Europeu, a União Europeia não é “excepção e a solução para os problemas que actualmente se vivem não pode depender de iniciativas avulsas em cada Estado-Membro, mas obriga a agir de uma forma concertada. É imprescindível mais coesão ao nível dos Estados-Membros da União Europeia.”

Depois da urgente intervenção no curto prazo urge empreender a reforma institucional do sistema financeiro, por forma a estabilizar a economia, reanimar o crescimento económico e reforçar o melhor que a inovação financeira tem para oferecer.

Para os Deputados europeus do PSD, é importante assegurar a “existência de mais transparência e melhor informação financeira”, usando a tecnologia de que dispomos. Só assim “cada vez mais pessoas podem aceder a melhores práticas, produtos e serviços financeiros. A inovação e os mercados financeiros devem promover uma maior protecção do consumidor.”

- Correspondente

# Os meus Confrontos com o Sistema Político

Alberto João Jardim (\*)

Na linha de Francisco Sá Carneiro e apesar das sucessivas revisões constitucionais, mantive-me sempre opositor do Sistema político-constitucional em vigor. Portanto, um exercício legítimo e legal de Oposição, não circunscrito às dialécticas partidárias, mas, no que entendo ser o Interesse Nacional, por cima dos Partidos e em confronto com a Situação vigente.

Aliás, graças a Deus, nunca tive responsabilidades em qualquer dos Governos que vêm conduzindo a República para o estado a que chegou.

Esta minha oposição ao próprio Sistema vigente, mais o facto de ter sempre governado regionalmente, assente em Ideologia, Causas, Valores – coisas que os Estados actualmente enjeitam – e ter Obra e Transformações sócio-culturais concretizadas, acarretaram-me os ódios que se conhecem, por parte da ortodoxia e dos situacionistas do Sistema montado, incluso dentro do Partido a que sempre pertenci.

O que não me perturbou, nem perturba.

Mas vejamos telegraficamente a caracterização dos meus Confrontos com o Sistema político-constitucional.

Primeiro, os de natureza cultural:

- ser contra a tradição centralista portuguesa de nove séculos, até o fim do Império Colonial sempre gerido pelos interesses políticos e económicos restritos a Lisboa, e defender uma cultura de normal descentralização, política para os Açores e a Madeira, administrativa para as Regiões Naturais do Continente;

- o facto de não aceitar que os interesses políticos e económicos remetidos a Lisboa, insistam, incluso através de meios tecnológicos modernos, em induzir a Opinião Pública sobre a «bondade» da continuidade reaccionária do centralismo lisboeta;

- o de não aceitar as «alianças exóticas» entre os grandes «interesses» capitalistas e a «pseudo-esquerda» que ocupa a comunicação social e que, assim, condiciona a Opinião Pública contra o que entendo ser o Interesse Nacional. Condiciona, sim, nos «interesses» diferenciados de cada um desses grupos, desta forma paradoxal e incoerentemente associados;

- entender nefasta ao regime democrático, a constatada aliança, efectivamente forte, entre os «poderes de facto» não eleitos;

- ser contra a mundialização e considerar o tratamento certo para lidar com a inevitável globalização, o reforço das Identidades através da descentralização político-administrativa, bem como através de um sistema educativo de qualidade, exigente, que cultive o primado do trabalho e da formação da consciência cívica.

Depois, confronto de natureza política:

- considerar positiva e intocável, a Constituição ao âmbito dos Direitos, Liberdades e Garantias, mas, por outro lado, entender que a proibição do Referendo em QUALQUER matéria constitucionalizada, rouba aos dez milhões de Portugueses o Direito de decidir periodicamente o seu futuro, em temas como «Direitos e deveres económicos, sociais e culturais» e «organização económica». Mas aceitando que, alguns daqueles, têm dignidade para ser integrados em «Direitos, Liberdades e Garantias».

- considerar a Justiça, pilar do Estado Democrático e, assim, exigir uma rigorosa Separação de Poderes, ser contra a sua politização e recusar o julgamento assente em «mera convicção», ser contra a herança sovietizante de 1976 e não aceitar estes moldes de Tribunal Constitucional, preferindo as respectivas competências entregues ao Supremo Tribunal de Justiça.

- considerar a Segurança de pessoas e bens, também pilar fundamental da Democracia, defendendo outro dispositivo para os seus agentes e, sobretudo, contestando a legislação permissiva nalgumas áreas, a qual conduz ao aumento da criminalidade;

- rejeitar a inflação legislativa e o excesso de regulamentarização que estão a conduzir a um monstruoso «Estado controlreio» contra as liberdades individuais, bem como à prática de inaceitáveis revanchismos políticos, incluso, agora na Administração Pública, abrindo portas à infâmia dos «saneamentos»;

- ser contra o orçamentalismo anti-social e, no caso das necessidades concretas dos Portugueses, defender um neo-Keynesianismo, este rigorosamente condicionado ao investimento público, ao controlo da inflação, ao honrar do Serviço da Dívida e à garantia dos compromissos



salariais públicos;

- repudiar as falsas «reformas», que não tocam nas questões de fundo e se camuflam sob ataques demagógicos aos Servidores da Administração Pública;

- defender um claro pluralismo na comunicação social, em moldes das Democracias europeias, contra esta espécie de «pensamento único» dogmaticamente vigente;

- ser contra uma União Europeia edificada à margem dos Cidadãos – o que, tragicamente, A comprometerá – bem contra o seu orçamentalismo e regulamentarismo, e ainda contra a sua escâncara exterior de fronteiras, que descapitaliza este espaço, que conduz ao desemprego e que destrói as suas economias mais frágeis, territoriais ou não. Está claramente em aceleração imprudente, diferente dos conceitos dos seus «Pais Fundadores» que geraram a paz, o progresso e a estabilidade na Europa.

E quanto ao confronto ideológico:

- sou pelo primado da Pessoa Humana, contra o individualismo liberal. Primado sobre o Estado, as Regiões, as Autarquias e restantes Entes Públicos.

- defendo a Coesão Nacional, em oposição a Centralização;

- entendo serem suportes da Coesão Nacional, o Patriotismo e o Progressismo.

Patriotismo entendido como ousadia, desejo de um País melhor, bem como contrário ao endeusamento das Constituições e à dogmatização dos Sistemas Políticos.

Progressismo entendido como mudar sempre o que for necessário mudar, e não a estratificação conservadora, praticada em Portugal pela indevidamente denominada «esquerda».

- sou por um grande debate sobre o futuro constitucional de Portugal, nomeadamente agora que a próxima legislatura terá poderes de revisão, o que é mais importante do que falar das parcas e pouco distintas alternativas para a dolorosa sobrevivência do Sistema;

- quanto aos Partidos políticos, entendo serem um mero instrumento democrático, e não um fim em si mesmos, vejo-os actualmente distantes do Povo português e cultivando interiormente um situacionismo de «interesses», bem como sou contra a sua exclusividade de candidaturas à Assembleia da República e aos Parlamntos insulares.

Explicado este meu Direito de opinião num País livre, creio que as pessoas entenderão melhor, muitas coisas... (\*) *Presidente da CPR da Madeira, Presidente do Governo Regional da Madeira*

# A crise financeira foi a “sorte grande” que saiu a Sócrates...

Pacheco Pereira (\*)

A cabeça politiqureira do nosso primeiro-ministro anda contente. A crise financeira ajudará a estragar mais o país, que já estava muito estragado antes dela, mas dá aos seus cálculos aquilo que ele precisa: um enorme pretexto para se eximir da prestação de contas nas próximas eleições. O pretexto, sonha ele alto todos os dias, tem várias coisas excelentes, parece ser feito de encomenda por uma agência de comunicação: oferece-lhe inimigos, que já chegam ao pódio esmagados pelo pelourinho público; oferece-lhe desculpas que pouco têm a ver com as culpas; oferece-lhe um deus ex-machina, a América “gananciosa” de Bush, para atirar as pedras; e dá-lhe uns lugares-comuns, uns rodriguinhos de fast food ideológico para passar por um teórico do socialismo moderno. *Não se pode querer melhor!*

É o que ele tem feito com evidente prazer. Desde o início da crise do subprime que nos comícios, em que transforma toda e qualquer intervenção, fala contra a bolsa, contra os fundos privados, contra a selvajaria dos mercados, contra a “crise que vem de fora”, da América. O primeiro-ministro rejubila com as “nacionalizações” dos bancos, com o intervencionismo estatal de Bush e outros remédios que mostram que, no desespero da crise, os “neoliberais” também correm para a asa protectora do Estado e Bush fica socialista. Que contente que ele está com esta confirmação das teses socialistas sobre a maldade intrínseca do mercado e, num tom bíblico, agora colocado na moda por Obama, afirma:

E quem sai derrotado são os apóstolos do Estado mínimo e do mercado desregulado. Quem sai derrotado são aqueles que, durante anos a fio, enalteciam as virtudes imbatíveis de um mercado entregue a si próprio. Quem sai derrotado são aqueles que sempre professaram a sua fé na mão invisível do mercado, para agora, à falta da outra, reclamarem a intervenção da mão bem visível do Estado!

Reparem como ele raciocina como as páginas do sobe e desce dos jornais, aquele “derrotado” vem daí, desse mundo simples, onde tudo se reduz a uma competição semanal de ganhos e perdas.

Ele não diz que os “derrotados” são os que vão perder emprego, casas, dinheiro com esta crise. Desses ele cuida pouco, ele quer é sangue dos “ideólogos derrotados” e vira-se para - **imaginem!** - esse pilar do liberalismo em Portugal, o PSD. Eu sei muito bem de onde vem este “derrotado” - vem do mundo yuppie que moldou as ideias de sucesso que educaram o jovem Sócrates nas juventudes partidárias. O mundo que também nos deu o subprime.

Estou a ser duro e injusto com o primeiro-ministro? Duro, talvez, porque desde as histórias do diploma e das casinhas que a personagem me aparece bem mais perigosa do que antes, mas certamente que não estou a ser injusto. Os socialistas estão no poder em Portugal há mais de dez anos em 13, com o intervalo dos três imperfeitos anos de Durão Barroso-Santana Lopes.

Não há instante em que o primeiro-ministro (e outros ministros que aprenderam já a mesma mantra, como o ministro da Administração Interna) não se volte para culpar esses três anos de tudo o que “não foi feito” (mais uma vez repetiu-o esta semana), sem que se lhe deva lembrar que isso se aplica em triplicado a governos em que ele esteve, a começar pelo de Guterres. Por isso, quando se lhe ouve falar dos “neoliberais” que mandaram o Estado e os governos arredarem-se da economia e eliminarem a regulação, gostaria de saber como é que ele explica que, se foi assim, como é que nós não devemos responsabilizar os governos socialistas, um banco central presidido pelos socialistas e entidades reguladoras em que os socialistas substituíram os poucos independentes que lá estavam por gente mais próxima do poder.

Na verdade, pouca gente vi mais deslumbrada com as virtudes do



“A economia nas mãos de Sócrates?”

mercado e com a redução da política à economia do que estes socialistas da “terceira via”, que de Guterres a Sócrates são hoje a maioria do nosso PS. Quem o disse muitas vezes foi Mário Soares e Manuel Alegre. E perguntar-lhe se ele está a falar, entre os “derrotados”, dos primeiros-ministros Guterres e Sócrates, como os socialistas que traíram em nome dessa “ideologia defunta” do “neoliberalismo” e não dos que em Portugal nos lembravam todos os dias e bem que “não há almoços grátis”. E, de facto, continua a não haver almoços grátis, nem “Magalhães” grátis, nem nada grátis, nem as palavras do primeiro-ministro são grátis. Eu, pelo menos,

quero fazer-lhe pagar o almoço.

Mas há mais e pior do que o assumir das culpas e o apontar de dedos. É que, quando o ouço falar na “mão bem visível do Estado”, que é suposto aparecer cada vez mais nesta crise, ele está a pensar obviamente na dele, na do Governo, na do PS. Ora no ambiente abafado em que já vivemos, em que o Governo trouxe de uma forma, sem comparação com o passado, os negócios todos para o interior dos gabinetes, em que o Governo não disfarça muito as pressões que faz sobre empresários e empresas que receiam colocar o seu nome numa mera lista de credores do Estado, está aqui todo um programa de reforço do controlo do poder político socialista sobre a economia privada, sobre os últimos bastiões de alguma coisa que em Portugal seja independente do Estado e possa funcionar como um contrapeso. O que ele nos está a propor é o reforço do controlo político-partidário da sociedade, com pretexto no retorno do Estado.

O Estado que Sócrates quer de regresso, sempre cá esteve. Muito e de mais. Tem, como se sabe, excelentes credenciais em Portugal. Mesmo que se lhe não atribua a responsabilidade das nacionalizações, uma medida revolucionária para fazer “outro” Estado, pode-se-lhe e bem atribuir até aos dias de hoje o modo como geriu o património da economia privada que o PCP lhe atirou para cima. E a capacidade de gerir esse bem colectivo está à vista: com muitos dos gestores que ainda por cá andam a arrastar défices gigantescos nas suas gestões (mas para estes não se aplicam as acusações que são feitas aos seus congéneres da AIG que andaram a gastar milhares em férias de luxo por conta da empresa falida), as empresas públicas foram praticamente à falência, a banca estatal idem, e muitos e muitos milhões, ainda em contos e não em euros, desapareceram do mapa em empresas como a TAP, a CP, a RTP, etc., etc. Naquilo que era suposto cuidar, defesa, segurança interna, serviço nacional de saúde, segurança social, educação, administração pública, serviços públicos, a relação custo-benefício entre o que se gastou e aquilo que se obteve, assusta qualquer mortal.

À volta do Estado diminuiu a liberdade, a liberdade económica e a liberdade das pessoas e das empresas, e proliferou o subsídio, a indolência, a pequena fraude e cunha, o velho Portugal paternalista e pobre, provinciano e esperto, dando sempre mais aos que já têm e menos aos que precisam, clamando aos ventos todos a hipocrisia de que sem ele não há justiça — ele, que é o injusto-mor!

É à política que se deve regressar e não ao Estado. É à política com a carga de liberdade que ela exige e comporta. É a política com insatisfação com os mediocres resultados e com a empáfia dos governantes. E é também à política, não tanto como ideologia, que é uma ideia mais do passado do que do presente, mas como filosofia, como história, como saber, como opinião e acção, com experiência, com toda a triade do Logos, do Pathos e do Ethos, e com esse senso comum que tanta falta faz em momentos como este, em que nos querem enganar e muitos de nós deixamos. — (\*) *Professor Universitário, analista político, escritor e jornalista, ©*

## O “pretensso silêncio” de Manuela Ferreira Leite...

Ricardo Rio (\*)

O pretensso “silêncio” de Manuela Ferreira Leite transformou-se num dos temas mais entusiasmantes da discussão pública do passado Verão. Criticada pelos eternos contestatários internos; acusada pelos comentadores e fazedores de opinião de regime; estudada como caso atípico pelos marketeers e especialistas da comunicação; estranhada, por arrastamento, pelos cidadãos comuns, a líder do PSD limitouse a ser diferente.

Daí que, logo à partida, o rótulo de “silêncio” aplicado tenha que ser relativizado por comparação com aquilo que se tem por “normal” em matéria de intervenção pública dos responsáveis políticos e partidários.

Mas mais curioso ainda, o dito “silêncio”, foi mesmo veementemente atacado pelos próprios responsáveis do PS, membros do Governo incluídos, liderados pelo Primeiro-Ministro José Sócrates.

Ora, a não ser que tais responsáveis sentissem falta da oportunidade para virem ripostar, de imediato, aos pares, e em horário nobre nos principais órgãos de comunicação social – como acontece(u) após cada uma das intervenções da líder da Oposição, ou, como esta também sugeria numa recente iniciativa partidária em Braga “os socialistas são masoquistas”...

Pois bem, a avaliar pela intervenção de Manuela Ferreira Leite, nesse mesmo dia, numa iniciativa do Fórum de Economia da Associação Comercial de Braga, estamos em crer que prevalece a segunda hipótese.

O tema da Conferência centrava-se nas Políticas Orçamentais e nas Perspectivas para 2009, tendo a oportunidade servido de catalisador de uma explanação clara e frontal, ilustrativa da ampla experiência da líder do PSD e do seu domínio das questões económicas, mas orientada para as questões que dizem respeito a todos, como consequência da conjuntura económica e das políticas públicas prosseguidas a nível nacional.

O diagnóstico sucinto, posteriormente fundamentado, foi directo: “Portugal não soube viver em Moeda Única e assim aproveitar os inúmeros benefícios que este projecto da União Europeia trouxe e poderia ter trazido para o nosso País”.

A questão jamais se colocou no interesse e na oportunidade da entrada, mas antes na forma como a nossa economia e o Estado, em particular, se acomodaram à nova realidade que daí resultou.

A saber, a queda substancial das taxas de juro tornou o dinheiro “barato” e de acesso generalizado, verificando-se o recurso intensivo ao endividamento por parte de empresas e particulares. Todavia, tal fenómeno pressupunha que o equilíbrio fosse alcançado através do reforço da poupança pública o que não se verificou de forma sustentada.

Antes, o Estado endividou-se tanto ou mais que o sector privado, criando pressões insuportáveis para o conjunto da economia e dando origem a uma clara perda de competitividade do País, que já não pôde recorrer ao mecanismo cambial para minorar esse efeito.

Na actual economia globalizada, a perda de competitividade representa o agravamento do risco de falência das empresas e assume-se como um sério contributo para a diminuição dos níveis de emprego. Em suma, o



País tem vindo a empobrecer em resultado directo de uma política económica errada, cujos custos se encontram ainda, em grande parte, diferidos no tempo.

Neste cenário, a única solução passa pela inversão da política, obrigando a que se abandone a ideia de que é o Estado o responsável pelo crescimento económico do País.

Pior, mesmo que a despesa pública tenha alguns efeitos no curto prazo, a mesma só não resulta em endividamento acrescido se for financiada com o aumento dos impostos. E, resultando em endividamento, estará a exaurir recursos financeiros, encarecendo o crédito de empresas e famílias.

Segundo a líder do PSD, essa política “não só é restritiva do crescimento como é penalizadora do ponto de vista social”.

Em termos práticos, essa inversão estratégica obriga a privilegiar cada vez mais o Investimento Privado e a componente das Exportações e a ter uma visão crescentemente selectiva do Investimento Público que não seja reprodutivo.

Manuela Ferreira Leite é igualmente taxativa: “as Pequenas e Médias Empresas são o motor desse modelo de desenvolvimento alternativo, cabendo ao Estado criar incentivos à sua actividade que não têm que se traduzir em apoios estritamente financeiros (subsídios)”.

Bem pelo contrário, é ainda longo o caminho a percorrer em matéria de simplificação administrativa de processos, de redução de custos de contexto (como o funcionamento da Justiça), de agilização da envolvente competitiva (em matéria de operações de Fusões e Aquisições, por exemplo) e de simplificação do sistema fiscal (enquanto via prioritária para a redução da carga fiscal).

Para quem acusa a líder Social Democrata de ausência de conteúdo e propostas, não deixa de ser curioso que não tenha ainda havido uma resposta cabal à sua sugestão de alteração das regras de pagamento do IVA (do momento da emissão da factura para o momento de emissão do recibo), que resolveria o problema de tesouraria de inúmeras empresas num País de maus pagadores.

É que, por essas e por outras, mais vale que ela continue calada... -  
**Mestrado em Economia; Presidente da CPS/Braga; Vereador; n/Correspondente**

A opinião dos Outros: mais “momentos Chavez” do “Nosso Primeiro...”

## A chegada d’«El Comandante Sócrates»

João Miguel Tavares

José Sócrates anda a privar demasiado com Hugo Chávez. Tivesse ele trocado o fato cinza pelo verde caqui durante a sua última intervenção na Assembleia da República e quase nem se dava pela diferença. Só faltou chamar nomes feios a George W. Bush. Inchado de entusiasmo perante o afundamento da economia mundial, José “El Comandante” Sócrates falou numa “ideologia derrotada” e apresentou a lista dos insidiosos pecadores: “os apóstolos do Estado mínimo e do mercado desregulado”, os que “anos a fio enaltecem as virtudes imbatíveis de um mercado entregue a si próprio”, os que “sempre professaram a fé na mão invisível do mercado” e que agora, na hora do aperto, vêm a correr pedir a intervenção da “mão bem visível do Estado”. Capitalistas, tremei.

Sócrates até pode estar certíssimo na sua análise. Só lhe faltou um pormenor: enganou-se no país. Durante os seus delírios no Parlamento, Pedro Silva Pereira deveria ter dado um toque suave no seu ombro e murmurado ao ouvido: “El Comandante”, isto aqui é Portugal.” Muito provavelmente por estar a acompanhar intensamente as eleições americanas e a tentar fixar as frases de Barack Obama, Sócrates já anda a confundir Lisboa com Washington e o PSI 20 com o Dow Jones. Sequer sugerir que terá havido um tempo, fora do século XIX, em que o País andou enrolado com as doutrinas liberais é argumento digno da mais alta comédia. Em 1974, o peso do Estado na economia portuguesa era de 23%. Em 1980, escassos seis anos depois, saltara para 33%. Quando Cavaco pegou no governo em 1985 situava-se nos 39% e quando saiu já ia nos 43%. Com Guterres subiu para 45%. Com Durão e Santana para mais de 46%. E no próprio consulado de José Sócrates já andou a pisar os 48%. “Fé na mão invisível do mercado?” Apenas três palavras de comentário: ah, ah e ah!

Ainda no seu último número a Visão informava que 14 das 20 maiores empresas portuguesas cotadas em bolsa têm antigos governantes nos lugares mais elevados de decisão. Tal deve-se certamente à leveza do Estado e à sua reconhecida competência na formação de gestores de topo. José Sócrates tem talento para a liderança, mas é um homem perigoso quando se deixa levar pelos encantos do poder. Ele preside a um dos governos mais controladores de que há memória em Portugal, com pouquíssimo respeito pelo papel de vigilância da comunicação social e uma armada de assessores com grande inclinação para a propaganda. Ouvir-lo louvar o papel do Estado e reclamar maior intervenção para si próprio causa suores frios e arrepios na espinha. Muito pior do que a mão invisível do mercado a afundar a bolsa, seria a mão bem visível do Estado a sair do nosso bolso. Caro “El Comandante”: se é esta a sua cura, mais vale continuar doente. - [jmtavares@dn.pt](mailto:jmtavares@dn.pt)  
- © DN,2008



## Local

Notícias de Aveiro

## António Topa reeleito líder distrital do PSD

António Topa foi reeleito como líder distrital de Aveiro do PSD, encabeçando a única lista apresentada a sufrágio para os órgãos distritais, nas eleições realizadas sexta-feira da semana passada, segundo fonte partidária.

Num universo de 5.500 militantes constantes dos cadernos eleitorais, a lista para a comissão política distrital de António Topa obteve 2.199 votos favoráveis, tendo-se registado 202 votos em branco e 18 nulos.

Na lista vencedora, que teve como mandatário Hermínio Loureiro, foram ainda reeleitos Castro Almeida, para a mesa da assembleia distrital, e Mário João Oliveira, para o conselho de jurisdição distrital.

A equipa reconduzida propõe-se “preparar o PSD para vitórias nas eleições europeias, legislativas e autárquicas, no ciclo eleitoral de 2009”.

Plano de Saneamento financeiro: esclarecimentos do Presidente da Câmara

A Câmara Municipal de Aveiro, através do Presidente Élio Maia, esclarece notícias vindas a público e relacionadas com o Plano de Saneamento Financeiro.

O Presidente da Câmara, Élio Maia reitera a autenticidade do documento colocado no sítio da autarquia referindo “ser aquele o único contrato com a Caixa Geral de Depósitos” que foi incorporado no processo de visto pelo Tribunal de Contas.

A Autarquia nega qualquer sonegação de “informação quer aos elementos da Assembleia Municipal quer à população” esclarece Élio Maia lembrando que “todos os membros da Assembleia Municipal sabiam que ao Plano de Saneamento Financeiro então aprovado apenas foi acrescentada a adenda votada em Assembleia Municipal e que o contrato que enviado à CGD foi o mesmo”



Com efeito, os documentos apresentados à Assembleia Municipal (Sessão Extraordinária de 13 de Junho de 2008) referem explicitamente que o

Plano e respectivo contrato de empréstimo se mantêm iguais aos que os elementos da Assembleia Municipal aprovaram em Reunião Extraordinária



de 26 de Novembro de 2007.

O Presidente da Autarquia, Élio Maia conclui afirmando que “em política, não vale tudo e não se deve fazer política recorrendo à insinuação e às considerações pessoais. Estamos a trabalhar para melhorar a condição financeira do Município e lamentamos que a politiquice se sobreponha aos interesses do Município de Aveiro”.

#### Medições de fluxo de tráfego



A Câmara Municipal de Aveiro está a realizar medições de fluxo de tráfego nos principais cruzamentos da cidade, em parceria com a “Soltráfego, Soluções de trânsito, estacionamento e comunicações”.

As medições aos fluxos de tráfego iniciadas esta Segunda-feira, dia 6 de Outubro, vão prolongar-se até ao dia 16 de Novembro, têm como objectivos actualizar a informação existente em anteriores planos de mobilidade e preparar uma base de dados para futuras medidas relacionadas com a fluidez de trânsito a enquadrar no Plano de Mobilidade.

De salientar que os dados apurados serão igualmente partilhados com o Departamento de Ambiente (Carlos Borrego) e Departamento de Mecânica (Margarida Coelho) da Universidade de Aveiro e alvo de uma tese de mestrado.

Durante esta semana, estão instalados equipamentos no cruzamento da Ponte Praça, seguindo para outros locais durante as próximas semanas, de forma a contabilizar o tráfego automóvel.

O Sistema de Contagem e Classificação de Trânsito faz-se através do VIACOUNT II que consiste num sistema versátil e compacto de recolha de dados de tráfego baseado num radar microondas Doppler integrado com memória de dados, relógio em tempo real, interface de dados e uma bateria.

O processo mede o número, o comprimento e a velocidade de veículos, o intervalo de tempo de passagem entre automóveis e os sentidos de circulação. Os dados de tráfego recolhidos são armazenados directamente na memória interna do radar, que serão posteriormente recolhidos pela equipa da autarquia e da empresa para serem analisados. – Gab. Imp. CMA

## Notícias de Caminha

# Conferência/debate do PSD Alto Minho: é urgente requalificar a costa marítima

O Distrito de Viana do Castelo tem que saber requalificar a sua costa marítima, dado o manancial de oportunidades que o mar proporciona no domínio da investigação e da sua aplicação nas mais diversas áreas. Trata-se, aliás, de um desafio que importa implementar urgentemente, a exemplo do que já acontece na maior parte dos nos países da União Europeia.

Esta é a principal conclusão da conferência/debate promovida, em Caminha, pela Comissão Política Distrital do PSD de Viana do Castelo, subordinada ao tema “O Mar – vantagem estratégica nacional para afirmação no mundo global”.

A iniciativa, que foi moderada por Monteiro de Morais, ex-Secretário de Estado dos assuntos do mar, contou com a participação de António Belmar da Costa, da Associação Comercial de Lisboa, que defendeu a necessidade de se criarem políticas marítimas nacionais integradas e de se promover uma rede ampliada de vigilância marítima destinada essencialmente a evitar atentados ambientais.

Por sua vez, Rui Moreira, da Associação Comercial do Porto, centrou a sua intervenção nos aspectos políticos, económicos e sociais relacionados com o mar, sublinhando a sua importância estratégica em termos de defesa nacional.

O conferencista registou ainda o facto de, nos últimos vinte e cinco anos, apenas os governos do PSD terem valorizado esta área com a criação de um Ministério com a tutela do mar, opção que o Partido Socialista sempre ignorou.

A Presidente da Câmara Municipal de Caminha congratulou-se com a iniciativa, sobretudo porque se trata de uma temática que capital importância para o seu concelho. Neste âmbito, Júlia Paula referiu-se ao projecto “Pólis do Litoral” em que a autarquia está envolvida, juntamente com os concelhos de Viana do Castelo e Esposende.

O Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Viana do Castelo encerrou os trabalhos, referindo que Viana do Castelo tem 4% do território nacional costeiro e que tem que aproveitar a grande oportunidade que o projecto “Pólis do Litoral” proporciona, com vista a requalificar a costa marítima.

Para Eduardo Teixeira, é necessário aproveitar a experiência e acreditar no mar enquanto recurso natural e como fim económico.

Recorde-se que esta iniciativa teve em vista a mobilização de pessoas (militantes, simpatizantes e outros), e fomentar o



debate criativo em torno de questões que concorram para o real desenvolvimento do Alto-Minho.

#### Carta aberta de Flamiano Martins aos militantes do PSD

Caro militante do PSD, após a minha eleição para Presidente da Comissão Política Concelhia, em 25 de Janeiro de 2008, elegi como principais objectivos:

.Duplicar o número de militantes  
.Envolver os simpatizantes do PSD em iniciativas do Partido

.Promover formação ao nível de militantes e simpatizantes do PSD

.Promover a participação de jovens e mulheres na vida política do PSD

.Promover a circulação da informação

.Ganhar as eleições autárquicas e aumentar significativamente a votação no PSD nos restantes actos eleitorais

Provavelmente quis subir muito a fasquia. Embora no início parecesse haver muito entusiasmo, o que é certo é que as coisas esmoreceram, a situação do partido ao nível nacional pareceu não ajudar e, neste momento, sinto que há alguma desmotivação nos militantes, embora, tanto votantes PSD, como até votantes PS, não estejam nada contentes com a actuação do governo PS.

1. Em relação ao objectivo 1, temos mais uma dúzia de militantes;

2. Houve algum envolvimento de militantes, fazem-se reuniões regulares nas estruturas partidárias, mas gostava de ver mais militantes envolvidos, principalmente os jovens que foram desafiados a apresentarem um site do PSD e a organizarem a JSD concelhia e as mulheres para que a Lei da Paridade, nas próximas eleições autárquicas, se possa cumprir;

3. Há maior circulação da informação: temos quase uma meia centena de mails que são utilizados, mas gostaria de ver maior utilização dessa rede de informação;

4. Em relação ao último objectivo,

temos de começar a discutir e a escolher os nossos melhores candidatos. A discussão ter-se-á de alargar e, nos sítios próprios, devem ser apresentadas sugestões, críticas, propostas que levem a que o PSD seja um grande partido em Caminha.

No próximo dia 17 de Outubro, sexta-feira, às 18 horas, na sede do PSD, na Rua da Corredoura, em Caminha, vai reunir a Assembleia de Secção.

Nesta reunião gostaria de ver não só os novos militantes, mas também os que estiveram na velha guarda e que muito lutaram para que o PSD fosse um partido com a representatividade que tem em Caminha.

As próximas acções do PSD são as seguintes:

- No dia 8 de Novembro organizar-se-á o tradicional magusto do PSD, em Dem, às 15:00 horas.

- No dia 21 de Novembro, na Quinta do Cruzeiro, haverá um jantar de trabalho com todos os militantes e elementos das listas concorrentes às últimas eleições autárquicas para que se dê o pontapé de saída e estabeleçam algumas metas e estratégias para as autárquicas 2009.

#### Apelo, por isso, ao seguinte:

1- Seja um militante participativo. Faça com que aumentem os militantes do PSD de Caminha;

2- Participe na Assembleia de Secção no próximo dia 17, às 18 horas. Não o podendo fazer, procure fazer chegar a sua opinião, as suas sugestões;

3- Se não faz parte da lista dos e-mails da Comissão Política Concelhia, faça-nos chegar o seu endereço ao nosso mail: psdcaminha@gmail.

Obrigado por terem lido esta mensagem que pretende só espelhar aquilo que sinto. O PSD conta com todos vós. Temos de acordar e participar nas acções do partido porque só assim teremos o PSD que todos nós queremos que seja. - Flamiano Martins

Notícias de Évora

# PSD quer menos burocracia para recuperar o Centro Histórico

O vereador do PSD na Câmara de Évora, António Dieb, defendeu quarta-feira passada que a recuperação do Centro Histórico deverá decorrer com processos desburocratizados, devendo a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) “ser entendida enquanto instrumento funcional de agilização de um órgão autárquico na intervenção sobre uma parte do seu território urbano, com vista a promover uma racionalização na gestão dos meios necessários à intervenção sobre o CH de Évora e não como uma entidade que se sobreporá por total autonomia às unidades orgânicas da CME com intervenção sobre o mesmo espaço e com idêntica missão”.

O autarca, que falava na reunião pública quinzenal da Câmara de Évora, onde esteve em debate o estudo de enquadramento estratégico de regeneração urbana do Centro Histórico de Évora, encomendada pelo Município à ParqueExpo, sublinhou que “é por demais evidente, por urgência e oportunidade, que a discussão em torno das conclusões de estudos disponíveis não se pode eternizar. É tempo de agir e iniciar obra de regeneração de um tecido urbano que se pretende moderno, competitivo e inovador, assegurando distintivamente a sua identidade histórica”.

O estudo de enquadramento estratégico de regeneração urbana do Centro Histórico de Évora “não esgotará nem cobrirá a totalidade e na sua plenitude as necessidades desta importante área da cidade, mas dispõe de um horizonte temporal de execução suficientemente amplo (mais de 10 anos) para permitir uma monitorização da multiplicidade de



soluções interventivas propostas, à realidade do momento e, adaptar caso a caso, o desenho que hoje nos é proposto como ponto de partida”, afirmou.

Neste sentido, o vereador do PSD considera como adequado “prevenir uma interpretação restritiva dos programas de intervenção desenhados, nomeadamente no que possa ser entendido como tratando-se de opções ou soluções tidas por adquiridas, ou no que toca à sua ordem e sequência, pois caberá sempre à Câmara Municipal decidir os aspectos particulares de cada intervenção e estabelecer a ordem de prioridade política da sua execução, em função de fundamentação técnica e da liberdade de opção na condução da vida da cidade, para qual foram mandatados pelos eborenses os autarcas eleitos”.

“As intervenções de recuperação da muralha circundante à cidade, do ajustamento funcional da Praça do Giraldo ou de adaptação da Praça Joaquim António de Aguiar ao acolhimento do tráfego urbano e disponibilização de espaços de lazer, ocorridas no final da década passada, não devem ser esquecidas enquanto acções de apreciável intervenção autárquica, valorizadoras e enriquecedoras de um activo eborense apreciado e cotado do ponto de vista turístico e da qualidade de vida urbana”, sublinhou.

A reconstrução de um Centro Histórico, “manifestamente degradado, deve constituir a prioridade orientadora das linhas de acção que asseguram intervenção urbana nos próximos anos, limitando ao mínimo a construção nova, de forma a preservar um património da humanidade público e privado, bem

como garantir aos proprietários suficiente capacidade de resposta às necessidades por eles sentidas em cada momento”, disse António Dieb.

No entender do vereador social-democrata, “cada caso de intervenção urbanística sobre o CH de Évora deverá ainda assim ser objecto de aprofundada reflexão conjunta entre os serviços técnicos da CME e a SRU, com vista a assegurar até ao limite, a influência reguladora do município tendo em vista a convergência das intervenções pontuais com o quadro global desenhado para um Centro Histórico que se pretende humanamente povoado, comercialmente dinâmico, turisticamente atractivo e economicamente competitivo, mais do que um espaço de especulação imobiliária de interesses financeiros nem sempre consentâneos com a visão dos autarcas eleitos pelos eborenses”.

À Sociedade de Reabilitação Urbana “deverá ficar reservada a missão de, mobilizando os meios técnicos e humanos existentes na CME, apresentar à mesma os correspondentes planos de intervenção, caso a caso, com a devida fundamentação técnica consentânea com as conclusões do estudo de enquadramento estratégico, bem como a respectiva demonstração da viabilidade financeira à execução da intervenção e os parceiros a envolver”, afirmou o autarca.

Para além da justificada racionalidade técnica e viabilidade económico-financeira de cada intervenção proposta, “deverá ainda a SRU atender e referir os moldes em que será feita a monitorização e avaliação ex-ante e final, individualizada e focalizada de cada intervenção, de

preferência por entidade externa independente, cujos custos deverão ser incorporados na demonstração dos respectivos resultados financeiros”.

Quanto à Câmara Municipal, esta “deverá assegurar os meios e procedimentos suficientes para a eficiente tramitação dos processos relativos à recuperação do CH, de modo a evitar as demoras e perdas de oportunidade habituais nestes processos, sem que daí resulte abdicar de qualquer das suas competências de decisão”.

A terminar, António Dieb lembrou que no quadro de acelerada mudança social, que condiciona inevitavelmente a gestão autárquica, deve

constituir uma preocupação do executivo municipal “o equilíbrio financeiro e orçamental da Câmara de Évora, condicionando o respeito e observância de um princípio de actuação sobre a realidade urbana que acautele o equilíbrio entre, por um lado, o estímulo dos vários actores à dinamização da valorização patrimonial e, por outro, a necessidade de acautelar os níveis de especulação imobiliária que possam ser indirectamente induzidos por intervenções em maior ou menor grau reguladas pelos órgãos autárquicos”.

As propostas de política autárquica com incidência sobre o território urbano que acompanhem a actualização orientadora dos instrumentos de gestão do território, “devem ser equacionadas de forma desprendida dos particulares interesses partidários, se fundamentadas sobre as necessidades detectadas pelas forças vivas locais (empresários, moradores, proprietários, agentes culturais, entidades públicas e poder local) e ancoradas na construção e afirmação de uma ideia de futuro para um Centro Histórico que corre o risco de definir para além da linha da possibilidade de recuperação”, afirmou o vereador.

Neste sentido, concluiu António Dieb, “o Centro Histórico é um factor de marcada diferenciação positiva de Évora, face a outras cidades portuguesas, ibéricas e europeias. A sua importância é demasiado elevada para a afirmação de Évora no mundo, para que alguma vez possa ser instrumentalizada por alguma força política ou partidária, nacional ou local. Os eborenses jamais o perderiam”. – *correspondente em Évora*



Notícias de Figueira de Castelo Rodrigo

## Câmara atribui 1.000€ por cada posto de trabalho criado na Zona Industrial

Face à urgente necessidade de apoiar o tecido empresarial de Figueira de Castelo Rodrigo e incentivar a fixação de empresas na Zona Industrial como forma de contrabalançar as assimetrias sentidas neste Concelho de fronteira onde a diferença fiscal entre Portugal e Espanha (16% para 20%) é relevante.

Considerando também os esforços levados a cabo pelos industriais locais, para manter vivo o tecido empresarial, como forma de criação de riqueza e postos de trabalho, a **Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo vai atribuir, por indústria, o valor de 1.000€ (mil euros) por posto de trabalho criado na Zona Industrial.**

Segundo o regulamento aprovado, o Município atribuirá ainda às empresas que possuam os processos de aquisição de lotes devidamente concluídos, um apoio único para arranjo do exterior dos lotes e reforço da rede eléctrica.

António Edmundo, Presidente do Município refere que «são do conhecimento de todos, as dificuldades que os Concelhos da nossa região vivem, no atinente à fixação de indústria e pessoas. Dessa forma, esta é mais uma medida de incentivo levada a cabo pela autarquia que, junta a tantas outras já postas em prática no



Concelho, vem por um lado estimular quem queira investir e fixar-se na nossa terra e por outro premiar a população residente.»

O autarca afirmou ainda que «não podemos deixar de lutar para valorizar este território, para o tornar atractivo, para premiar os residentes que o escolheram para viver e para tentarmos sempre aumentar o número de pessoas, caso contrário e dentro de pouco tempo teremos esta região

despovoada.»

António Edmundo realçou ainda «tivéssemos sim investimento de elevada importância por parte do Administração Central ou de privados com apoio público e o cenário seria bem mais optimista.»

A autarquia de Figueira de Castelo Rodrigo tem uma série de incentivos vigentes para as pessoas que aqui se queiram fixar e criar postos de trabalho como a redução em 3% da colecta

líquida do IRS para os residentes com domicílio fiscal no Concelho (o máximo permitido por lei); a redução do IMI para os 0,2% para os prédios urbanos avaliados segundo o novo código; 0,4% para os restantes e 0,8% para os prédios rústicos. No que concerne ao apoio à natalidade e fixação de jovens casais, a autarquia atribui um apoio que vai até aos 750€. Os baixos valores das taxas das licenças de construção e ocupação de via pública e o baixo custo da utilização dos equipamentos públicos, fazem deste Concelho uma terra onde vale a pena investir e viver, comparando todos os custos de vida.

Para apoiar ainda os jovens licenciados que pretendam criar a sua própria empresa, a Câmara Municipal edificou recentemente um Ninho de Empresas do Conhecimento, aderindo também ao programa *Finícia*, que possibilita o apoio a micro e pequenas empresas do Concelho, num limite máximo até 40 mil euros por cada projecto apresentado.

Quanto à atribuição de subsídios o Município Figueirense atribui também uma bolsa unitária no valor de 650€ aos estudantes que ingressem no Ensino Superior.

– Gab. Imp. CM F.C. R.

Notícias de Lisboa

## Vereadora do PSD propõe requalificação do Largo do Rato

A vereadora social-democrata na Câmara de Lisboa, Margarida Saavedra, vai propôr a requalificação do Largo do Rato, substituindo a polémica construção projectada pelos arquitectos Frederico Valsassina e Aires Mateus por um espaço verde.

O objectivo é “libertar as perspectivas” do Largo, de forma a tornar o seu património edificado visível, e criar uma zona verde num sítio que “não tem uma árvore digna desse nome”, explicou Margarida Saavedra à Lusa.

A vereadora propõe um “espaço ajardinado” para o gaveto formado pela Rua do Salitre, Rua Alexandre Herculano e Largo do Rato, para onde está projectado um edifício contestado através de um abaixo-assinado subscrito por quase cinco

mil pessoas.

É ainda proposta a criação de “corredores verdes” de ligação entre este espaço e as principais zonas verdes mais próximas, como o Jardim das Amoreiras e o Parque Eduardo VII.

“Esta intervenção permitirá que os alçados dos jardins e chafariz do Palácio Palmela [edifício onde funciona a Procuradoria-geral da República] bem como os edifícios classificados da Alexandre Herculano passem a ser visíveis de quase todo o Largo”, sustenta.

“Eu não quero pôr a tónica no projecto de arquitectura, o problema é a ocupação daquele lote”, sublinhou Margarida Saavedra.

Apesar de o projecto de arquitectura ter sido aprovado por despacho, em Julho de 2005, pela então vereadora do Urbanismo,

Eduarda Napoleão (PSD), durante a presidência de Pedro Santana Lopes, a oposição inviabilizou em Julho o licenciamento da obra.

Margarida Saavedra defende que “é preciso lutar contra aquela ocupação”, mesmo que isso implique compensar os promotores da obra.

“O mal está feito. Resta saber se o pagamos em dinheiro ou em termos de ambiente e qualidade de vida”, afirmou.

A autarca refere que a compensação não terá necessariamente que passar por uma indemnização ao promotor: pode envolver a “negociação de uma permuta”, defende, adiantando que no Mercado do Rato a autarquia “tem um enorme terreno disponível” para esse efeito.

Margarida Saavedra refere que

viabilizar uma construção no local para onde está projectado o edifício, é “criar uma situação urbana irreversível”.

A vereadora acrescentou ainda que para a obra ter licença de construção, o lote deveria estar totalmente desocupado, o que, referiu, não se verifica, não só pela presença de loja, como sobretudo da Associação Escolar de São Mamede.

O Largo inclui edifícios como o de Ventura Terra (Prémio Valmor), a Mãe de Água do Aqueduto das Águas Livres, a Sinagoga, o Palácio dos Marqueses da Praia, sede do PS, o Convento do Rato, a Auto-Industrial, com uma estrutura em ferro da escola de Eiffel) e os edifícios dos operários da Fábrica da Seda.

– Fonte: Lusa

Notícias de Vila Nova de Foz Côa

## Em causa o futuro da urgência básica definida em Fevereiro deste ano

O Deputado pela Guarda, Adão Silva, alarmado por notícias sobre a possível integração das urgências/emergências de Foz Côa no agrupamento de Bragança, em requerimento, pede ao Governo que esclareça a posição oficial.

Através do Despacho nº 5414/2008 de 28 de Fevereiro do Ministro da Saúde foi definida a rede de referenciação de urgência/emergência.

O Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa, concelho do Distrito da Guarda, foi contemplado com um serviço de urgência básica.

Através do Decreto-Lei nº 183/2008 de 4 de Setembro, foi criada a Unidade de Saúde Local da Guarda, EPE que integra todos os centros de saúde do distrito da Guarda, com excepção dos centros de saúde de Vila Nova de Foz Côa e de Aguiar da Beira.

O Decreto-lei nº 28/2009 de 22 de Fevereiro cria os agrupamentos de centros de saúde (ACES), referindo, no seu artigo 4º nº 1 que “É fixado em 74 o número máximo de agrupamentos de ACES, sendo a delimitação da sua área geográfica fixada por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da administração pública, da administração local e da saúde, ouvidos os municípios da área abrangida”.

Recentemente, vieram a público, através de órgãos de comunicação social local do distrito de Bragança, informações que davam conta que estará para breve a criação do agrupamento de centros de saúde de Bragança, que irá substituir a actual sub-região de saúde, a qual será extinta e que aquele ACES irá englobar, para além dos 12 concelhos do Distrito, o concelho de Vila Nova de Foz Côa.

A ser assim, isso significa que o ACES de Bragança passará a contar com o serviço de urgência básica do Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa, para o qual seriam encaminhados os doentes em situação de urgência deste concelho, mas também, ao que consta, dos concelhos de Torre de Moncorvo e de Freixo de Espada à Cinta.

A ser verdade tal situação, estamos perante um verdadeiro absurdo que urge denunciar e, por todos os meios, prevenir.

Com efeito, para além das distâncias e das más acessibilidades entre os concelhos de Torre de Moncorvo, de Freixo de Espada à Cinta e Vila Nova de Foz Côa, acresce o facto de os doentes daqueles dois

primeiros concelhos terem de se deslocar a Vila Nova de Foz Côa e depois, se tiverem de ser encaminhados para a Urgência médico-cirúrgica do Centro Hospitalar do Nordeste ou para a urgência polivalente de Vila Real, terem de fazer o caminho inverso, andar para trás, perder horas que podem constituir a diferença entre a vida e a morte.

Dissemos reiteradas vezes que a extinção dos serviços de urgência dos centros de saúde (SAP) e a sua substituição pelos, por enquanto apenas prometidos, serviços básicos de urgência do distrito de Bragança, foi um erro. Vemos agora, que o Governo se prepara para, em cima daquele erro, fazer um segundo erro, porque, para justificar a existência do serviço de urgência básica de Vila Nova de Foz Côa, não hesita em sacrificar a segurança, o bem-estar e até a vida das populações dos concelhos de Freixo de Espada à Cinta e de Moncorvo.

Estamos perante uma situação que, a ser verdadeira, é totalmente inaceitável.

Importa por isso esclarecê-la, já que



mais não seja para confrontar o Governo com as perversidades subjacentes a decisões políticas tomadas, num passado recente.

Por isso, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, estou a perguntar à Ministra da Saúde o seguinte:

1. O Ministério da Saúde vai mesmo constituir os agrupamentos dos centros de saúde? Para quando se prevê

tal concretização?

2. O ACES de Bragança vai ou não englobar o centro de saúde e o concelho de Vila Nova de Foz Côa?

3. A ser verdade, qual é a abrangência do serviço básico de urgência de Vila Nova de Foz Côa: só a população deste concelho, também a população dos concelhos de Torre de Moncorvo e de Freixo de Espada à Cinta? – **O Deputado, Adão Silva**

Notícias do Algarve

## Mulheres sociais-democratas reuniram em Lagos mais de 70 dirigentes e elementos das Secções do Barlavento



O recentemente criado Movimento das Mulheres Sociais-Democratas do Algarve, através do seu Secretariado

Municipal de Lagos, organizaram a primeira iniciativa nesta cidade, num jantar a que compareceram mais de

setenta dirigentes e elementos de várias Secções do barlavento do Algarve.

Neste jantar, as mulheres presentes fizeram questão de manifestar o seu apoio ao candidato do PSD à autarquia de Lagos, Nuno Marques. Eva Neto, a coordenadora do Núcleo de Lagos, e principal dinamizadora local do Movimento, fez a intervenção de abertura, “agradecendo a solidariedade das colegas dos municípios vizinhos, de Albufeira a Aljezur, e manifestando grande optimismo na acção futura das mulheres, cada vez mais envolvidas em missões públicas e de representatividade.”

Antonietta Guerreiro, a coordenadora distrital do Movimento, colocou a tónica na “importância de

colocar de pé cada vez mais actividades distritais ou locais, na medida em que são essas que nos dão uma perspectiva global da dinâmica das mulheres na vida partidária.”

Referindo-se à Lei da Paridade, falou da “necessidade de mobilização e captação de mais militantes do sexo feminino. Hoje somos pouco cerca de 30% dos militantes do PSD no Algarve, mas se cada uma nós trouxer uma nova militante, seguramente que

a base das escolhas que se avizinham proporcionará mais qualidade”.

Nuno Marques agradeceu aquela manifestação de solidariedade e apoio e mencionou as últimas denúncias do PSD-Lagos, entre elas: a questão dos impostos municipais; os esgotos que voltaram a desaguar na frente ribeirinha de Lagos; o facto do executivo camarário ter chumbado propostas do PSD/Lagos para baixar o IMI e ainda a sua recusa em reduzir

o IRS; e a situação crítica que a Cruz Vermelha de Lagos vive devido a dívidas da ARS e CHBA.

Não se ficando pelas denúncias, Nuno Marques mencionou também a digressão que o PSD de Lagos está a fazer pelas freguesias no intuito de ouvir os cidadãos.

O encontro terminou com uma sentida intervenção de Mendes Bota, sobre a problemática da violência doméstica e da promoção da igualdade

de género.

No final, os dois homens presentes distribuíram por cada uma das participantes uma Gerbera cor-de-laranja, simbolizando a sensibilidade, o charme, a essência, a nobreza, a virtude, a dedicação, a quietude, a alegria, a simplicidade. Uma flor perfeita para eventos jovens e dinâmicos.

- CPD/Algarve, Gab. Imp.

## Notícias do Porto

# A intenção do Governo do PS para o Metro teve como preocupação praticamente única, os interesses partidários dos municípios socialistas

O líder da concelhia do Porto do PSD, Sérgio Vieira, acusou o Governo de ter alterado a composição do Conselho de Administração da Metro do Porto com o “intuito de partidarizar o maior investimento europeu corrente, na área dos transportes”.

Em comunicado, o PSD/Porto refere que “a prova cabal” de como o Governo tinha esse “único intuito” foi a presença de Ricardo Fonseca, presidente da Metro do Porto, no jantar comemorativo dos três anos do socialista Guilherme Pinto à frente da Câmara de Matosinhos.

“Por ser presidente de uma empresa de capitais públicos deveria manter algum recato na participação de actividades partidárias”, afirma Sérgio Vieira.

Para o social-democrata, “é completamente inadmissível” a presença de Ricardo Fonseca naquele jantar “partidário”.

“É também um bom exemplo de quais são os critérios utilizados por este Governo socialista para a nomeação de altos quadros dirigentes de empresas públicas”, acrescenta.

Sérgio Vieira critica ainda a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, que também marcou presença no jantar.

Na sua opinião, ao afirmar, de acordo com o Jornal de Notícias, que “Guilherme Pinto pôs os interesses de Matosinhos em primeiro lugar, e dessa forma conseguiu mais duas linhas de metro para o seu concelho”, Ana Paula Vitorino “deixa claro que, não tendo havido qualquer tipo de negociação com a administração do Metro e Junta Metropolitana do Porto, existiram negociações com autarcas do PS, nomeadamente com o presidente da Câmara de Matosinhos”.



“Fica assim, uma vez mais, claro que a intenção apresentada pelo Governo do PS para o desenvolvimento do Metro teve como preocupação principal, e praticamente única, interesses partidários dos municípios liderados por socialistas e não os interesses dos cidadãos do Grande Porto”, acrescenta o social-democrata.

Sérgio Vieira afirma também que, “a cada dia que passa, cai a máscara ao PS e do seu governo, numa decisão onde demonstrou não honrar

compromissos assumidos como o memorando de entendimento assinado com a JMP”.

O PSD/Porto acrescenta ainda que, faltando ao compromisso, o Governo demonstra “não colocar os interesses das populações acima de interesses partidários e não colocar o desenvolvimento do metro como uma verdadeira prioridade, mas antes ocupar-se nos grandes investimentos que concentra na Grande Lisboa”.

A Comissão Executiva do Metro do Porto (CE/MP) apresentou no

início do mês a 2ª fase da expansão da rede do metro do Porto, que tem um prazo de conclusão previsto para 2018 e que atrai a segunda linha de Gaia e a ligação Matosinhos/Porto através da Avenida da Boavista para a 3ª fase, a completar até 2022.

A proposta mereceu fortes críticas do presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, e da autarquia de Gaia, com o primeiro a acusar o Governo de “má fé” e de não pretender fazer “nada, ou quase nada” para expansão da rede do Metro. – Fontes: JN, Lusa

Notícias dos Açores

## “O presidente do Governo açoriano e o primeiro-ministro, são cúmplices de agressão aos Açores” – afirma Costa Neves

O líder do PSD/Açores acusou sábado, em Vila do Porto, ilha de Santa Maria, o presidente do Governo açoriano e o primeiro-ministro de serem “cúmplices” de uma “agressão aos Açores” e de não resolverem questões pendentes entre a região e o Governo da República.

“César fala grosso quando Sócrates está longe. Quando estão ao lado um do outro é mansinho, mansinho, mansinho”, afirmou Carlos Costa Neves, aludindo ao jantar comício do PS/Açores sexta-feira em Ponta Delgada, que contou com a presença do secretário-geral do partido, José Sócrates.

Para o candidato social democrata à presidência do Governo regional nas eleições de 19 de Outubro, os dois amigos são “cúmplices” de uma “agressão aos Açores”, deixando por resolver questões ligadas à Universidade dos Açores, segurança, eléctrica açoriana (EDA), RTP/RDP e ao preço das passagens aéreas entre os Açores e o continente para os residentes.

“Não só não ouvi resposta nenhuma como me incomodou ver o presidente do Governo [Carlos César] ao lado do outro [José Sócrates] como se estivesse tudo no melhor dos mundos e como se esses assuntos não tivessem de ser tratados”, disse Costa Neves, lembrando que no caso da convergência do tarifário eléctrico o Governo da República já deve 35 milhões de euros à EDA.

“Estava à espera que o engenheiro Sócrates viesse aos Açores e disse-se como vai resolver ou não a situação da



Universidade. Nada. Zero. Também sei que nas principais cidades dos Açores há um problema de segurança”, afirmou o líder do PSD/Açores, acrescentando que “faltam 30 por

cento de polícias e melhores meios” no arquipélago.

Confiante que o “oásis socialista” vai terminar este mês, Costa Neves considerou que para o actual Governo Regional os Açores não têm nove, mas duas ilhas, argumentando que “a estrela cantante” contratada pelo PS para animar os seus comícios só vai actuar em São Miguel e Terceira.

No sábado à noite o partido socialista realizou um jantar comício na ilha Terceira, que contou com a actuação do cantor Tony Carreira.

“Só lhes interessa onde há muitos votos”, frisou Costa Neves, para quem “o governo socialista não merece a Santa Maria que têm, já que a ilha é enganada todos os dias”.

Perante uma sala cheia, que teve de esperar mais de 60 minutos além da hora marcada para ouvir o líder do PSD/Açores discursar, Costa Neves apelou ao voto “mesmo que seja noutro partido” para que os socialistas “chumbem” nas eleições.

A ilha de Santa Maria, com cerca

de seis mil habitantes, elege a 19 de Outubro três dos 57 deputados para o parlamento açoriano, que está sediado na ilha do Faial.

Este domingo Costa Neves regressa à maior ilha açoriana, São Miguel, ilha que elege 19 deputados, para participar em jantares comícios e campanhas de rua, antes de viajar, na terça-feira, até à ilha Terceira, de onde é natural.

### Costa Neves em Velas (Terceira)

O líder do PSD/Açores desafiou José Sócrates, que participou sexta-feira num comício socialista na Terceira, a deslocar-se “muitas vezes” ao Arquipélago para que todos percebam que “Sócrates e César são farinha do mesmo saco”.

“Ele (José Sócrates) que venha muitas vezes para que todos tenham noção que Sócrates e César são a mesma coisa, são farinha do mesmo saco”, afirmou Costa Neves, num jantar comício com militantes do PSD, na Casa do Povo da Beira, em São Jorge.

O líder do Partido Socialista, José Sócrates, esteve, sexta-feira, pela primeira vez, ao lado do líder do PS/Açores, Carlos César num comício na Ilha Terceira, no âmbito da pré-campanha para as eleições para o parlamento açoriano.

Num discurso muito aplaudido pelas mais de 500 pessoas presentes, Costa Neves levantou o tom de voz para dizer: “Eu não sou, nem quero ser farinha do mesmo saco”, sublinhando que “não é igual” ao presidente do Governo açoriano e líder do PS/Açores, Carlos César.

Para o líder “laranja” nas ilhas e cabeça de lista pela Terceira às regionais de 19 de Outubro, mais do que pensar no dia das eleições, na semana ou mês seguinte, está mais preocupado com “as crianças, jovens, idosos, famílias, pessoas e com o dinheiro esbanjado pelos socialistas” nos últimos doze anos de governação no Arquipélago.

Numa ilha onde os sociais-democratas sempre venceram eleições, Costa Neves considerou que a “mudança é urgente” e que “está nas mãos de cada um” contribuir para esta viragem.

Apesar do voto ser secreto, Costa Neves relatou o que lhe disse, recentemente, um eleitor “a quem





tinha sido exigido que tirasse uma fotografia com o telemóvel ao seu voto para verem onde tinha votado”, para repetir uma vez mais que “há medo” mas “melhor é possível” na Região.

A Ilha de São Jorge, com 10.500 habitantes, elege a 19 de Outubro quatro dos 57 deputados para o parlamento açoriano.

Segundo o dirigente do PSD/Açores, o governo socialista regional tem esquecido São Jorge, uma “situação injusta” que Costa Neves prometeu inverter se ganhar as eleições, por entender que esta e outras ilhas precisam “mais do que obras, de contrariar a desertificação”.

Admitindo ser um profundo conhecedor das fragilidades e potencialidades dos Açores, Costa Neves defendeu a criação de uma “ponte” para unir as ilhas do triângulo ao nível marítimo, mas também de criação de oportunidades de mercado, negócios e emprego, já que o Faial, Pico e São Jorge juntas têm mais de 20 mil habitantes.

Costa Neves, acompanhado pela



mulher, Anabela Neves, e restante comitiva, chegou ao final da tarde às Velas por via marítima, uma viagem com duração de duas horas, a bordo do “Expresso do Triângulo”, a embarcação que liga três vezes por semana as Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, localizadas no grupo central do Arquipélago.

A saída do porto da Horta, no Faial, Costa Neves avistou um barco de boca aberta chamado “César”, o mesmo sobrenome do líder do PSD/Açores, “uma coincidência” que mereceu de imediato um reparo: “Ele (Carlos César) deve ter obrigado aquele tipo a pôr o nome”.

Depois das Ilhas do Faial e São Jorge, o líder do PSD/Açores estará sábado no Pico, para participar num jantar comício na Casa do Povo da Criação Velha.

### Na ilha de São Jorge

Em mangas de camisa, o candidato social-democrata a presidente do Governo açoriano nas regionais de 19 de Outubro, Costa Neves, esteve hoje numa garraia à corda na ilha de São Jorge.

Depois do jantar comício, na noite de sexta-feira, numa ilha onde o PSD tem obtido vitórias consecutivas, Costa Neves fez questão de ir assistir a uma garraia à corda, com quatro gueixas na Fajã do Pontas, uma das muitas existentes em São Jorge e consideradas “pontos de interesse turístico” na ilha.

Acompanhado da mulher, Anabela Neves, e da restante comitiva, o líder do PSD/Açores chegou de jipe ao local, depois de ter descido um caminho estreito e terreiro, onde só passa um carro de cada vez.

Avistando as ilhas da Graciosa e Terceira, da Fajã, localizada na freguesia do Norte Pequeno, Costa Neves afirmou que conjuntamente

com São Jorge formam um outro triângulo que “está mal aproveitado”, além das ilhas Faial, Pico e São Jorge, onde existem ligações marítimas de passageiros regulares.

Saudado pelos populares como “senhor presidente”, o líder regional do PSD e cabeça de lista pela Terceira às regionais de 19 de Outubro ouviu palavras de incentivo como “força, força” e “este ano é que a gente ganha”.

Numa terra onde se cultiva vinha, Costa Neves preferiu beber cerveja para acompanhar chicharos fritos, que uma das moradoras fez para o almoço a contar com a comitiva social-democrata.

“São comidas simples, mas muito saborosas”, afirmou a cozinheira, satisfeita por receber o candidato do PSD na sua casa de fim-de-semana, numa das poucas ações de rua com a presença de Costa Neves realizadas durante a pré-campanha.

Costa Neves, que não se chegou a cruzar com a comitiva socialistas que chegou esta manhã a São Jorge, parte à tarde de barco para a ilha do Pico, onde participa num jantar comício à noite.

Berta Cabral e quase mil militantes e simpatizantes, em comício em São Miguel, com Costa Neves

O PSD/Açores reuniu hoje cerca de 900 pessoas no Coliseu Micaelense, num comício onde a cabeça de lista por São Miguel às regionais de 19 de Outubro foi a primeira a discursar na maior sala de espectáculos dos Açores, numa noite repleta de apoiantes, bandeiras cor de laranja e música.

Para a actual presidente da autarquia de Ponta Delgada e primeira candidata da lista do PSD ao parlamento açoriano, o Governo Regional socialista “não dá nenhuma garantia de que esteja em condições

para enfrentar a crise” que se vive a nível mundial.

“Nos Açores, não estamos imunes. Não vale a pena o Governo assobiar para o lado e fazer de conta que não percebe que a crise já nos bateu à porta”, afirmou Berta Cabral, alegando ser preciso o PSD avançar, pois “como sempre está ao lado das pessoas”.

Segundo Berta Cabral, a “política de falsa prosperidade e ilusão de riqueza” levada a cabo pelo partido socialista “está a levar a região para uma situação muito complicada”.

“Enquanto há crédito, subsídios e se injecta dinheiro na economia tudo parece fácil mas aquilo que se pede emprestado, sempre chega o dia de pagar”, alertou a dirigente social democrata, ao lançar um apelo directo aos eleitores para darem um “voto de confiança ao PSD/Açores” nas eleições de 19 de Outubro.

Num discurso muito aplaudido, Berta Cabral terminou com uma ironia: “Se têm algum apoio para receber, meus amigos, recebam-no, porque como o voto é secreto, bem podem dar em troca um voto em Carlos Costa Neves, porque é ele que vos assegura um futuro melhor”.

Para o presidente do PSD/Açores, que disse estar “muito consciente e seguir passo a passo a crise financeira mundial”, já há sinais no Arquipélago dessa crise, exemplificando com o endividamento das famílias, o desemprego e os baixos rendimentos.

A solução de Costa Neves para contrariar as dificuldades passam por “reduzir em 30 por cento o IRS a todos os açorianos e atribuir o subsídio de insularidade a todos os funcionários públicos na Região”.

Depois de já ter estado presente em cinco das nove ilhas, o candidato social democrata a presidente do Governo Regional disse, hoje em São Miguel, estar também preocupado com “a falta de segurança das pessoas”.

Ao aplicar políticas que fomentem o emprego, a criação de empresas e o conseqüente aumento dos rendimentos, Costa Neves considerou que estará, simultaneamente, a contribuir para reduzir a criminalidade e aumentar a segurança dos cidadãos.

“O problema da falta de segurança é muito sério nas principais cidades dos Açores. As pessoas vivem com receio, desconfortáveis e quanto mais idosas são, mais receio têm”, afirmou o líder do PSD/Açores, que chegou da Ilha das Flores a São Miguel uma hora e meia antes do início do comício no Coliseu Micaelense.

Entre a audiência do comício “laranja” estava o antigo presidente do PSD/Açores e do Governo açoriano, Mota Amaral, que era uma dos militantes mais atentos aos dois discursos da noite.

A maior ilha do Arquipélago, São Miguel, onde vivem 131.609 pessoas, elege a 19 de Outubro 19 deputados para o parlamento açoriano. – Fontes: Lusa e Gab. Imp. PSD/A



### BORBA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Borba, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 18H00, na sede concelhia, sita na Rua Visconde de Gião, n.º 64, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política da Secção e Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 18H00 às 23H00

### CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Cantanhede, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 17H00, na sede, sita na Praça Marques de Marialva, Edifício Rossio, 2.º andar, sala 11, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 17H00 às 22H00

### CORGA DE LOBÃO/ STª. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Corga de Lobão, concelho de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na sede do Núcleo, sita na R. do Comércio, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do Núcleo aberta, nesse dia, entre as 22H00 e as 24H00, ao Presidente da comissão política ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 21H00 e as 23H00

### CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2008 (Sexta-feira), pelas 20H30 na sede concelhia, sita na Rua Direita, n.º 20, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Analisar a situação político - partidária e pronunciar-se quanto à estratégia política a desenvolver na Secção relativamente aos procedimentos a adoptar na escolha dos candidatos a eleições autárquicas de 2009, atentos os princípios definidos a nível nacional e distrital;

2 – Apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a actividade da Secção.

### ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Évora do PSD, para a Eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo dia 21 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 18H00, em todas as sedes de Secção, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais.

- Mesa de Assembleia Distrital;
- Comissão Permanente Distrital;
- Conselho de Jurisdição Distrital;
- Delegados à Assembleia Distrital.

Nota:

As Listas candidatas aos órgãos Distritais deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto Eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem o possa substituir estatutariamente, na sede da distrital sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 48, em Évora a qual estará aberta até às 24H00.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 23H00.

Os locais de voto das diversas secções serão os seguintes:

**ALANDROAL** – Largo da Matriz, 19

**ARRAIÓLOS** – Rua Melo Mexia, n.º 5 – sala de reuniões da Junta de Freguesia

**BORBA** – Rua Visconde de Gião, n.º 64

**ESTREMOZ** – Rua 5 de Outubro, 18 -1.º

**ÉVORA** – Rua Cândido dos Reis, 48

**MONTEMOR-O-NOVO** – Rua Horácio Macedo, n.º 28 - B

**MORA** – Rua Nova, n.º48

**MOURÃO** – Largo. 25 de Abril, n.º 7 Luz

**PORTEL** – Rua Cândido dos Reis, 48 Évora (sede Distrital)

**REDONDO** – Monte do Zambujeiro

**REGUENGOS DE MONSARAZ** – Rua Serpa Pinto, 15

**VENDAS NOVAS** – Av. da República, n.º 12

**VIANA DO ALENTEJO** – Rua Cândido dos Reis, 32 Viana do Castelo

**VILA VIÇOSA** – Rua Florbela Espanca, n.º 81

### FERREIRA DO ZÊZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ferreira do Zêzere, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2008 (Sexta-feira), pelas 21H00 na sede concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 20, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Análise da situação política
- Autárquicas 2009

### LEIRIA

**Esta convocatória anula a publicada no “Povo Livre” de 08.10.2008**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 17 de Outubro de 2008 (Sexta-feira), pelas 20H30 na sede concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Análise da situação política - partidária
- Eleições autárquicas

### LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Lousada reunir no próximo dia 17 de Outubro de 2008 (Sexta-feira), pelas 21H30, no Auditório da Coopagri – Cooperativa Agrícola de Lousada, sita na Rua Palmira Meireles, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Autárquicas 2009

### MONTEMOR-O-NOVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Montemor-o-Novo, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 18H00, na sede concelhia, sita na Rua Horácio Macedo, n.º 28, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política da Secção e Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 18H00 às 23H00

### MORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Mora, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 18H00, na sede concelhia, sita na Rua Nova, n.º 48, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política da Secção e Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 18H00 às 23H00

### MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moscavide, para reunir no próximo dia 22 de Outubro de 2008 (Quarta-feira), pelas 21H00 na sede, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, n.º 4 r/c Dt.º., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Informações
- Análise da situação política local e nacional

### MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Mourão, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 18H00, na sede provisória, sita no Largo 25 de Abril, n.º 7 na Aldeia da Luz, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política da Secção e Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 18H00 às 23H00

### OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Oleiros para reunir no próximo dia 20 de Novembro de 2008 (quinta-feira), pelas 19H00, na sede da Junta de Freguesia de Oleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição dos órgãos Concelhos

- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 19H00 às 21H00





## PARANHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Paranhos, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na sede do Núcleo, sita na R. do Campo Lindo, 63 no Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do Núcleo, ao Presidente da Assembleia Eleitoral ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estão abertas entre as 21H00 e as 23H00

## PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Paredes para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2008 (Sábado), pelas 15H00, na sede, sita na rua 1.º de Dezembro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 15H00 às 18H00

## PARIS

**Esta convocatória anula a publicada no “Povo Livre” de 08.10.2008**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Paris para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2008 (Sábado), pelas 18H00, no n.º 34 Avenue Reille – Paris 14, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa e Comissão Política de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 18H00 às 20H00

## PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção do Porto para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2008 (Sexta-feira), pelas 21H30, no Auditório do Orfeão da Foz, sito na Rua das Motas, 19 (frente ao Passeio Alegre), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1- Informações
- 2- Análise da situação política

## SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD convoca-se a Assembleia de Secção para reunir no próximo dia 07 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, n.º 7-A, Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Informações gerais
- 2 – Apresentação do Relatório e Contas do ano de 2006
- 3 – Apresentação do Relatório e Contas do ano de 2007
- 4 – Análise e discussão da situação político - partidária

## VALENÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Valença, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 20H00, na sede concelhia, sita na Rua de Valflores, Edifício Palácio de Cristal, Piso 4, Sala 65, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e da Comissão Política da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 20H00 às 23H00

## VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Vendas Novas, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 18H00, na sede concelhia, sita na Rua da República, 12, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política da Secção e Mesa da Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 18H00 às 23H00

## VIANA DO ALENTEJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca a assembleia da secção de Viana do Alentejo, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Novembro de 2008 (sexta-feira), pelas 18H00, na sede concelhia, sita na Rua Cândido dos Reis, 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política da Secção e Mesa da

Assembleia da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 18H00 às 23H00

## Vila Nova da Barquinha

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a concelhia do PSD de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2008, pelas 21H00 horas, na R. Vasco da Gama, n.º 6, em Vila Nova da Barquinha, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

**Ponto Único:** Análise da situação política



## ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Alenquer, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2008, pelas 21h00, na Sede da Secção de Alenquer, sita na Avenida 25 de Abril, n.º 90 – 4.º Esq. em Alenquer, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção de Alenquer da JSD.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital da JSD Área Oeste, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede de Concelhia da JSD de Alenquer, sita na morada acima identificada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa da Distrital (Ricardo Machado)

## LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Lourinhã, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2008, pelas 21h00, na Sede da Secção de Lourinhã, sita na Urbanização Parque Desportivo, Lote 27 – R/c, em Lourinhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da Lourinhã da JSD.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital da JSD Área Oeste, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede de Concelhia da JSD de Lourinhã, sita na morada acima identificada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa da Distrital (Ricardo Machado)

## POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Pombal para reunir no dia 15 de Novembro de 2008, pelas 16h30, na Sede da Secção de Pombal, sita na Rua Dr. Luís Torres, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário de Militantes.

Notas:

- As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 19h00.

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Distrital – Rua Dr. José Jardim, n.º 32, em Leiria, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(João Pedro da Costa Ferreira)

## COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Coimbra para reunião a realizar no próximo dia 15 de Novembro de 2008 (Sábado), das 18h às 20h, no Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD de Coimbra.

Nota:

As candidaturas deverão ser entregues nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, na sede distrital do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do começo dos trabalhos.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital



(Filipe Carraco dos Reis)

### CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Coimbra para reunião a realizar no próximo dia 31 de Outubro de 2008 (Sexta-Feira), pelas 21h30m, na sede distrital do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – XX Congresso Nacional da JSD;
- 4 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário Distrital  
(Filipe Carraco dos Reis)

### ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Abrantes, para reunir no dia 15 de Novembro de 2008, pelas 14.30 horas na sede do PSD, na Rua de São Pedro, n.º 22 – 1.º, em Abrantes, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua de São Pedro, n.º 22 – 1.º, em Abrantes, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir.

2 - As candidaturas serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e lista de subscritores.

3 – As urnas estarão abertas das 15.00 às 18.00 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém  
(Francisco José da Silva Varela)

### NÚCLEO DE FORJÃES – ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para o Núcleo de Forjães da Secção de Esposende, para o dia 15 de Novembro de 2008, pelas 18 horas, na Sede da JSD de Forjães – Esposende com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Núcleo de Forjães da Secção de

Esposende;

2 - Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo de Forjães da Secção de Esposende.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do acto eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 18h00 às 19h30.

O Presidente da Mesa  
(José António Lima)